

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro à luz dos arquivos do
Estado-Maior das Forças Armadas (1962-1967)**

ANA LECTÍCIA FELIX ANGELOTTI

Rio de Janeiro

2018

Ana Lectícia Felix Angelotti

**O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro à luz dos arquivos
do Estado-Maior das Forças Armadas (1962-1967)**

Monografia apresentada ao Instituto de
História da Universidade Federal do Rio de
Janeiro como requisito para obtenção do
título de Bacharel em História.

Orientador: Prof. Drº. Renato Luis do Couto Neto e Lemos

Rio de Janeiro

2018

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a relação entre o setor industrial privado envolvido na produção de material bélico e o Estado brasileiro, através do Estado-Maior das Forças Armadas, durante o período da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985), considerando que a participação empresarial nessa interação representou a mais importante participação civil na realização e consolidação do golpe. Concentrará atenções na análise dos documentos do fundo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), depositado no Arquivo Nacional e disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), em busca de indícios que mostrem a relação entre o EMFA e o setor industrial privado. Com isso, o principal interesse aqui é contribuir para a análise da relação entre as classes dominantes civis e o Estado brasileiro na elaboração e efetivação do golpe de 1964, confirmando seu caráter de classe e do regime instaurado pós-64.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial-Militar, Complexo industrial-militar, Estado-Maior das Forças Armadas

ABSTRACT

This work aims to analyze the relationship between the companies of the private industrial sector involved in the production of war material and the Brazilian State during the period of the Brazilian civil-military dictatorship (1964-1988), considering that companies' participation in this interaction represented the most important civil participation in the accomplishment and consolidation of the coup. It will focus on the analysis of the documents of the Armed Forces Staff (EMFA), deposited in the National Archives and available in the National Archives Information System (SIAN), in search of evidence showing the relationship between the EMFA and the industrial sector private. The main interest here is to contribute to the analysis of the relationship between the civilian ruling classes and the Brazilian State in the elaboration and execution of the coup of 1964, confirming the classist character of the coup and the regime established after 1964.

Keywords: Civil-military dictatorship, Industrial military complex, Staff of the Armed Forces.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais Carlos Alberto e Gizélia, por todo o suporte afetivo e material, desde a escolha da minha carreira até a finalização desse trabalho. Em um país onde, infelizmente, o ensino superior ainda é difícil de acessar e de concluir, receber o apoio financeiro e o incentivo para estudar o que sempre gostei, de forma plena, foi essencial. Obrigada por sempre estarem ao meu lado. Todas as minhas conquistas são de vocês também.

Ao meu irmão, João Carlos, e aos meus avós Celina e Geraldo, obrigada por serem presenças tão carinhosas na minha vida e por acreditarem sempre no meu melhor.

Às minhas amigas de vida, Clara Torma, Rebecca Leão e Valentina Leite, obrigada por todo o apoio e admiração mútuas. Ter mulheres tão acolhedoras e amigas ao meu lado é um prazer imenso.

Ao João Amaral, pelo companheirismo e incentivo. Agradeço sua presença ao meu lado durante a escrita desse trabalho e no caminho da vida.

Aos amigos Diogo Rosa e Fábio Soares, por fazerem minha vida mais leve e divertida há muitos anos.

À amiga querida Brena Araújo, que compartilhou comigo toda essa trajetória de cinco anos no IFCS, dividindo as frustrações acadêmicas e as alegrias. Obrigada por todo o apoio e amizade, foi muito melhor ao seu lado.

Ao meu orientador, Renato Lemos, agradeço o acompanhamento, as conversas e os conselhos destinados às orientações do meu caminho acadêmico.

Por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa de estudos que me contemplou durante dois anos.

A História não faz nada, “não possui nenhuma riqueza imensa”, “não luta nenhum tipo de luta.” Quem faz tudo isso, quem possui e luta é, muito antes, o homem, o homem real, que vive; não é, por certo, a “História”, que utiliza o homem como meio para alcançar seus fins – como se se tratasse de uma pessoa à parte -, pois a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos.

Karl Marx, 1844

SUMÁRIO

Introdução	pág. 9
Capítulo 1 – O contexto histórico da realização do golpe	pág. 21
1.1. A crise do populismo que levou à ditadura civil-militar	pág. 21
1.2. Quem são os civis da ditadura civil-militar: principais atores na consolidação do golpe	pág. 31
Capítulo 2 – A ditadura empresarial-militar: primeiras articulações entre empresários e militares	pág. 35
2.1. A criação e atuação do Instituto de Pesquisa e Ciências Sociais e sua conexão com a Escola Superior de Guerra	pág. 35
2.2. O conceito de mobilização industrial	pág. 44
2.3. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial	pág. 49
Capítulo 3 – A formação do complexo industrial-militar brasileiro	pág. 54
3.1. A Comissão Permanente de armamentos, munições e explosivos das Forças Armadas	pág. 54
3.2. A articulação entre o Estado-Maior das Forças Armadas e o setor industrial privado	pág. 72
3.3. Os interesses econômicos e políticos na união empresarial-militar: afastamento do comunismo e alinhamento ao capitalismo internacional	pág. 81
Conclusão	pág. 86
Documentação e bibliografia	pág. 88

ABREVIATURAS

CONCLAP - Conselho Superior das Classes Produtoras

COPAMEFA – Comissão Permanente de Armamentos, Munições e Explosivos das Forças Armadas

CPMPM – Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares

DPO – Departamento de Produção e Obras do Exército

EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas

ESG – Escola Superior de Guerra

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

GPMI – Grupo Permanente de Mobilização Industrial

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IPES – Instituto de Pesquisa e Ciências Sociais

PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretendeu analisar a relação entre as empresas do setor industrial privado envolvido na produção de material bélico e o Estado brasileiro, aqui representado pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), durante o período da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1988), considerando que a participação empresarial nessa interação representou a mais importante participação civil na realização e consolidação do golpe. O termo ditadura empresarial-militar se refere ao regime, pois apesar do golpe ter ensejado a configuração de um regime militar, teve a participação e apoio de setores civis, principalmente empresários, que passaram a integrar diversas instâncias da direção política dos governos, interessados, entre outros aspectos, nas tomadas de decisões que os beneficiassem em seus negócios. A preservação da ordem capitalista era o ponto crucial que unia os interesses econômicos dos empresários e os interesses políticos dos militares em sua missão de “combate à ameaça comunista”.

Essa articulação entre o setor empresarial voltado para a indústria de armamentos e o setor militar configura uma associação característica do Complexo Industrial-Militar, que no caso do Brasil se iniciou como uma das bases do golpe de 1964 contra o presidente João Goulart (1961-1964) e se consolidou durante o período da ditadura empresarial-militar. O termo Complexo Industrial-Militar ficou conhecido após o discurso do presidente dos Estados Unidos, general Dwight D. Eisenhower, ao deixar o cargo em 1961, quando o mencionou ao se referir a uma articulação entre o setor da indústria de armamentos e os militares. Apesar de o termo ter ganhado visibilidade após esse discurso, Rosa Luxemburgo já havia discutido com outras palavras essa questão em *Acumulação do Capital*¹ de 1913, ao tratar o militarismo como um campo de acumulação do capital.

É importante destacar as características específicas da conjuntura na qual foi possível a formação do Complexo Industrial-Militar brasileiro. Em 1964, o Brasil já era um país capitalista, pois desde o início do governo Vargas em 1930 passou por um

¹LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Trad. Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970 apud LEMOS, Renato. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967), IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016)

processo de industrialização, que se intensificou no governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). Esse processo de industrialização, de urbanização e de investimentos de capital estrangeiro durou até 1962, quando se iniciou uma crise econômica² devido ao aumento da inflação e problemas com a balança de pagamentos.

Além dessa crise econômica, a conjuntura política era de desconfiança do governo João Goulart por parte dos setores militares e civis mais conservadores da sociedade, que eram contra as “reformas de base” propostas pelo presidente, não gostavam de sua herança trabalhista do governo Vargas e acreditavam que tinha propósitos “socialistas” para o Brasil. Dessa forma, se iniciou um processo de desestabilização do governo Jango comandado por esses setores em articulação com a imprensa, que em uma primeira fase após a renúncia de Jânio Quadros apoiou a posse de Jango, mas logo em seguida, com o início da crise econômica e política, e o descontentamento de alguns setores com o governo, começa a mudar de posicionamento com o objetivo de influenciar a população e legitimar o golpe.³

Logo, a crise econômica do período e o sentimento de anticomunismo crescente no país tornaram possível essa articulação empresarial-militar, que apesar de ter resultado em um regime militar, buscou o apoio da sociedade civil para se legitimar e funcionar. Esse apoio veio através, principalmente, dos setores das classes dominantes da sociedade, como os empresários, que viram nessa articulação uma forma de participar do governo com o objetivo de ajustá-lo economicamente aos seus interesses. Ou seja, a crise econômica e a crise política foram essenciais para que o Complexo Industrial-Militar brasileiro se formasse.

Os primeiros contatos entre empresários e militares com esse objetivo de desarticulação do governo que não lhes agradava ocorreu no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), criado no final de 1961 por grupos de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo e alguns oficiais ligados à Escola Superior de Guerra (ESG)⁴, que havia sido criada em 1949, com o objetivo de aproximar empresários e militares para levar ao crescimento industrial do país e assegurar a defesa da “segurança

² SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito. Editora Companhia das Letras, 2015.

³ DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação político, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981

⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação político, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981

nacional”. O IPES defendia a democracia liberal como o caminho para vencer o comunismo e atuou com uma forte campanha antigovernamental com o objetivo de desestabilização do governo, escondido atrás da fachada de uma instituição voltada para a realização de pesquisas sobre a realidade brasileira. Segundo seus próprios criadores, era uma agremiação apartidária. Na prática, a atuação do IPES foi associar qualquer iniciativa do governo ao comunismo e realizar forte campanha nos jornais e meios de comunicação em defesa da “democracia”. Nas palavras do cientista político René Armand Dreifuss em sua importante obra *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, que será melhor discutida mais à frente: “O que os unificava, no entanto, eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista e sua ambição de readequar e reformular o Estado⁵.”

Essa articulação golpista entre empresários e Estado que se iniciou dentro do IPES foi essencial não somente no processo de desestabilização do governo, mas também na participação efetiva no golpe, com o empréstimo de materiais e equipamentos por parte dos empresários do setor industrial de São Paulo para compor os últimos arranjos, como “Veículos, pneumáticos, baterias, remédios, caminhões e uma infinidade de materiais e equipamentos, cujo montante ultrapassou a NCr\$ 1.000.000 (hum [sic] milhão de cruzeiros novos)”, segundo informações prestadas, poucos anos depois, por um membro da FIESP em palestra proferida na Escola Superior de Guerra (ESG). Corrigido pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, o valor corresponderia, em 2014, a R\$ 5 milhões⁶.

Dias após o golpe, em 30 de abril de 1964, a relação entre empresários e militares se consolidou oficialmente com a criação do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), dentro da própria, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Segundo Renato Lemos em seu artigo *O Complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)*, o GPMI foi:

Fundado por civis e militares, com o aval do Estado-Maior das Forças Armadas, o GPMI era responsável pela articulação indústria e forças armadas, baseado no discurso de que era preciso uma mobilização industrial

⁵Idem, Ibidem, pág. 175

⁶Folha de São Paulo, 1 de junho de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/168838-papeis-de-militares-expoem-atuacao-da-fiesp-no-golpe-de-64.shtml> apud LEMOS, Renato. *O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)*, IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016)

forte e permanente que estivesse preparada para qualquer tipo de situação excepcional no país, ou seja, uma ameaça comunista. Dessa forma, esse aparelho que estava sendo criado para legitimar e apoiar o governo empresarial-militar que estava por vir era privado, mas com uma forte inserção do Estado, já que nele participam agentes das três forças singulares, sob a supervisão do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Nessa relação entre o setor industrial privado e o Estado, o papel do Estado foi analisado através da atuação do Estado-Maior das Forças Armadas nessa articulação com o objetivo de entender o papel que essa estrutura estatal desempenhou. Foram levantados documentos relativos à ligação do governo com a indústria do setor de armamentos, como notas, relatórios de atividades, comunicados, entre outros.

O Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) foi criado pelo Decreto-Lei N° 9520 de 25/07/1946, “(...) como um órgão assessor no estudo, no planejamento e na proposição de decisões que se relacionam com a organização e o emprego conjunto da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem assim colaborador do preparo da mobilização do país para a guerra⁷ (...)” Após algumas mudanças, o EMFA seria extinto em 1999, em uma reforma ministerial promovida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, quando foi criado o Ministério da Defesa e extintas as pastas relativas às três forças singulares. Em 2010, seria instituído o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, existente até os dias de hoje, que tem como o objetivo assessorar o Ministério da Defesa na organização logística e integração das três Forças Armadas – Aeronáutica, Exército e Marinha: “(...) a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares⁸.”

⁷Relatório das atividades do Estado Maior das Forças Armadas, 1962. Fundo Estado Maior das Forças Armadas. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_692

⁸<http://www.defesa.gov.br/forcas-armadas/estado-maior-conjunto>. Acesso em 30 de março de 2017.

Discussão bibliográfica

Há uma vasta bibliografia sobre a ditadura militar e, conseqüentemente, uma grande disputa historiográfica sobre o tema, que poderíamos classificar de forma genérica em obras de caráter conservador e obras de viés marxista.

No âmbito do marxismo, que mais nos interessa, existem importantes obras que tratam da temática geral desse trabalho, ou seja, que apresentam o caráter capitalista do regime e/ou analisam a participação empresarial na organização e consolidação do golpe, como a obra do sociólogo Octavio Ianni, *O colapso do populismo*⁹, publicado no final de 1967. Em sua obra, Ianni apresenta o avanço do caráter empresarial do regime como expressão de um fenômeno político maior, que era o ajuste das estruturas políticas à modernidade capitalista¹⁰. No décimo capítulo, chamado A dependência estrutural, Ianni irá explicar por que o golpe não pode ser considerado apenas político ou político-militar, apresentando também suas importantes raízes econômicas. A urgência com que o país precisava entrar em uma etapa de industrialização de alto nível técnico para superar a queda de entrada de divisas e se manter competitivo em relação aos outros países fez com que a economia brasileira tivesse que passar por uma reformulação na forma em que se inseria na economia internacional. Essa reformulação foi uma crescente associação com as multinacionais que possuíam o monopólio da tecnologia e os laboratórios de pesquisa. Dessa forma, após a derrota do modelo “getuliano de desenvolvimento”, de caráter nacionalista, os novos governantes pós-golpe de 1964, queriam alinhar o país, em termos de economia e política, ao capitalismo internacional, como apresenta Ianni:

Com o governo do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco inicia-se um programa completo de reformulação das instituições vigentes, de modo a ajustar as expectativas e ideologias das diferentes classes sociais ao *status quo*. Com esse alvo, alteram-se progressivamente as instituições econômicas e financeiras, políticas e educacionais. Trata-se de reintegrar os poderes político e econômico, em parte dissociados em 1961-64. (1967, pág. 180)

Já Ruy Mauro Marini em *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*¹¹ também mostra como a economia brasileira passou por esse processo de ajuste

⁹IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

¹⁰*Idem* apud LEMOS, Renato. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967), IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016).

¹¹ MARINI, Rui Mauro. *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil in Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pp. 2- 105. Disponível em português em:

ao capitalismo internacional, apresentando todo o desenvolvimento econômico do país desde o primeiro governo Vargas. Marini apresenta como o fim do último governo Vargas (1951-1954) marcou a eclosão das contradições que sempre existiram na economia brasileira, resultando em uma crise do setor externo insustentável, com o fim da boa relação entre indústria e as atividades agrário-exportadoras, que sempre foram essenciais para o país.

Dessa forma, o autor aponta como a burguesia industrial tomou a frente dessa crise em busca de solucioná-la, aceitando divisas internacionais que permitiam uma maior participação do capital estrangeiro na economia brasileira, deixando para trás o viés nacionalista do governo Vargas. Ou seja, a presença do capital estrangeiro no país vinha ocorrendo e aumentando desde o final do governo de Getúlio e se consolida com o golpe de 1964. Já no seu capítulo intitulado O complexo industrial-militar, Marini mostra como o governo Castelo Branco beneficiou as grandes empresas, especialmente as de indústria pesada, deixando claro que uma das diretrizes desse novo regime instaurado com o golpe era a criação de um parque industrial de bens intermediários de consumo duráveis e de equipamentos forte no país, com o objetivo de transformá-lo em uma potência industrial, como indica nessa passagem:

O que é facilmente explicável, visto que um parque industrial como esse era a condição *sinequa non* para levar a cabo a expansão externa pretendida, constituindo essa expansão, por outro lado, a resposta mais eficaz do ponto de vista da grande indústria e da estreiteza do mercado com que se chocava a economia internamente. Chega-se a criar, assim, uma simbiose entre os interesses da grande indústria e os sonhos de hegemonia da elite militar, que encontrariam sua expressão mais evidente nos vínculos que estabelecem ao nível da produção bélica. (1985, pág. 19)

Outra obra importante para a discussão bibliográfica dessa pesquisa é a dissertação de mestrado de Jean-Claude Silberfeld intitulada *O grupo permanente de mobilização industrial da Federação das Indústrias de São Paulo: 1964-1967*¹² de 1984, que analisa, sob o enfoque do conceito de Mobilização Industrial, a atuação do GPMI da Fiesp, que tinha como objetivo impulsionar a relação indústria-Forças Armadas. Além de pensar a questão do complexo industrial-militar, Silberfeld apresenta atas de reuniões do GPMI e circulares da FIESP, que hoje em dia não estão mais acessíveis. No início de sua pesquisa, o autor situa a localização do seu trabalho nos acontecimentos que

<https://xa.yimg.com/kq/groups/15033181/180792861/name/Dialetica+do+desenvolvimento+capitalista+n+o+Brasil.pdf>

¹²SILBERFELD, Jean-Claude E. *O grupo permanente de mobilização industrial da FIESP: 1944-1967*. Dissertação de Mestrado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1984.

resultaram na deposição do presidente João Goulart, e aponta que nesse momento a indústria paulista, a maior do país, iniciou o processo de se organizar sob a ideia de que a Segurança Nacional era responsabilidade de todos os setores da sociedade, e não somente das Forças Armadas, sendo assim criado o GPMI da Fiesp. Porém, essa preocupação sobre a Segurança Nacional ser assunto de toda a sociedade já era debatida dentro da ESG desde 1949, que tinha como propostas: “elaborar, discutir e desenvolver os parâmetros necessários ao engrandecimento da Nação de acordo com as dificuldades, limitações, anseios e necessidades econômicas, políticas e sociais do Brasil¹³.” Dentro dessa preocupação mais ampla com a Segurança Nacional, estava a questão da Mobilização Industrial, que seria a organização de todos os setores do país para atender o mais rápido possível às demandas necessárias em um cenário de esforço de guerra. Dessa forma, essa burguesia industrial não estava interessada em investir na criação de fábricas de produtos especificamente militares, e sim na adaptação daquelas já existentes para a produção em curto prazo de itens de uso militar, caso existisse alguma demanda.

Outros trabalhos importantes para essa pesquisa são os desenvolvidos atualmente por Renato Luís do Couto Neto e Lemos, que parte da mesma hipótese norteadora do presente trabalho: considerar a participação empresarial na relação do setor industrial privado com o Estado como a mais importante participação civil na realização e consolidação do golpe. Em seu artigo, O Complexo Industrial-Militar e o Estado Brasileiro (1964-1967)¹⁴, o autor também afirma que o golpe de 1964 foi elaborado e realizado para inserir o país no cenário do capitalismo internacional, e desenvolve a ideia de como essa relação entre as indústrias, representadas pela sua entidade de classe, a FIESP, com as Forças Armadas se integrou às funções do Estado na área de segurança nacional¹⁵. A FIESP seria então a entidade responsável por conseguir o consentimento de estratégicos setores da sociedade em relação à importância da questão da segurança nacional, que resultaria em uma crescente militarização das relações econômicas e sociais, pois segundo o autor, por mais que o novo regime tivesse uma configuração ditatorial, era preciso fazer com que parecesse que as medidas adotadas fossem apoiadas por um consenso.

¹³Ibidem, pág. 3.

¹⁴LEMOS, Renato. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967), IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016)

¹⁵Ibidem, pág. 1.

Por último, outra obra importante sobre o tema devido ao impacto que causou na historiografia e nos trabalhos seguintes foi *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*¹⁶ publicado em 1981 pelo cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, que foi sua tese de PhD na Universidade de Glasgow e foi elaborada através de uma minuciosa pesquisa em arquivos até então inéditos de duas importantes organizações empresariais, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, IPES (hoje disponível ao público no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro), e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que formavam aquilo que o autor denominou como o complexo IPES/IBAD, núcleos da conspiração golpista. Durante todo seu estudo, o arcabouço teórico utilizado pelo autor é o desenvolvido por Antonio Gramsci.

A obra de Dreifuss, em suas próprias palavras, possui como “(..) objetivo central desse trabalho identificar as forças sociais que emergiram na sociedade brasileira com o propósito de internacionalização, em sua etapa moderna, e acompanhar sua intervenção no Estado e na sociedade brasileira¹⁷. Seu estudo é considerado tão importante por ter sido um dos primeiros a identificar o golpe de 1964 como um golpe “civil-militar” e não apenas militar, apontando que houve a participação de civis na elaboração e consolidação do golpe. Além disso, e o que podemos considerar o ponto mais crucial para essa pesquisa, é que o autor determina exatamente quem compunha o segmento mais decisivo entre tais civis: os empresários, com projetos econômicos e políticos específicos interessantes para a sua classe. Essa determinação de Dreifuss de quem são esses civis é essencial para que possamos entender os reais interesses dessa classe na organização do golpe.

Segundo René Dreifuss, esses empresários articuladores do golpe estavam interessados em colocar o Estado sob sua subordinação, para conseguir guiá-lo de acordo com seus interesses econômicos, que eram os interesses do capital multinacional, que havia sido muito estimulado durante o governo Juscelino Kubistchek. Além disso, o autor traz análises enriquecedoras sobre diversos aspectos relacionados ao golpe, como a formação e a crise do populismo, a campanha dos meios de comunicação contra o governo João Goulart com o objetivo de influenciar e convencer a população de que a sua deposição era realmente necessária e, um ponto

¹⁶DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

¹⁷DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981. Prefácio.

diretamente relacionado a essa pesquisa, que é a estreita relação entre a Escola Superior de Guerra (ESG), e o IPES, como a participação nas duas instituições de importantes indivíduos na conspiração do golpe, como por exemplo, o general Golbery do Couto e Silva.

Objetivos

Esta monografia visou investigar e entender como ocorreu a relação entre o setor industrial privado, no plano da produção de elementos materiais na área de defesa, e o Estado na articulação para o golpe de 1964, sendo o Estado aqui representado pela atuação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

Quadro teórico

Como já mencionado anteriormente na discussão bibliográfica dessa pesquisa, a organização do golpe teve como um dos objetivos adequar a economia brasileira à dinâmica do capitalismo internacional. Esse enquadramento da ditadura civil-militar como expressão da crise de um regime político – o de colaboração de classes conhecido como “populismo”, que ocorreu desde o governo Vargas – e sua superação pela via de modernização do capitalismo brasileiro, é o que norteia esta pesquisa.

Octavio Ianni desenvolve essa questão em sua obra, apresentando como ocorria essa política de massas, que em suas palavras “foi a vida e a morte do modelo getuliano de desenvolvimento econômico” (pág. 53, 1967) e quais os motivos que levaram à crise desse regime político. Para o autor, a crise econômica e a crise política do final do seu segundo mandato ocorreram, basicamente, devido ao crescente antagonismo entre os grupos que defendiam o projeto nacionalista de Vargas, com enfoque no desenvolvimento econômico independente e os dispostos a aderi ao capital estrangeiro para sanar a crise. A deposição e o suicídio de Vargas apontam quem foram os vencedores desse embate, apesar desse momento não ter sido o fim do populismo, já que Juscelino Kubistchek se viu obrigado a conciliar a política de massas com uma internacionalização de novos investimentos da economia brasileira. Já o governo João Goulart, baseado em sua concepção trabalhista, também teve forte herança do

populismo, mas nenhum dos dois conseguiu restaurá-lo por completo, nem ignorá-lo. Somente com o golpe de 1964 esse regime político foi finalmente superado através da modernização do capitalismo brasileiro. Ou como nas palavras do próprio Ianni, o objetivo do golpe, resumidamente, foi “(...) restaurar a integridade e a integração dos poderes político e econômico, parcialmente dissociados nos últimos anos de vigília da democracia populista.” (Pág. 132, 1967)

Rui Mauro Marini também apresenta os fatores da crise de regime político pré-golpe de 1964 que geraram o cenário favorável à sua realização. O autor intitula o esquema sob o qual se consolidou o governo João Goulart de “burguês-popular” e aponta como ele se tornou insustentável, devido à luta de classes que se acirrava com o aumento da inflação e paralisação da produção na primeira metade dos anos 1960. Dessa forma, as frações da burguesia que até então apoiavam o governo Goulart, sendo um apoio necessário para que o governo se mantivesse, estavam cada vez mais propensas a se alinhar aos grupos reacionários de direita que vinham se sentindo ameaçados com as propostas reformistas de Goulart. Dessa forma, segmentos militares, com o apoio da pequena-burguesia e das classes dominantes, conseguiram realizar o golpe com os objetivos de integrar a economia do país no cenário do capitalismo internacional, controlando a inflação e a crise, e de afastar os riscos de um possível governo de esquerda.

Além disso, o autor trata da questão do complexo industrial-militar, essencial para essa pesquisa, que para ele se evidencia já no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), para o período 1964-66, do governo do marechal Castelo Branco. O plano tinha como aspecto mais importante a atitude frente ao capital estrangeiro, ao qual garantia uma grande participação desses na economia brasileira. Marini ressalta que a política do governo beneficiou as indústrias pesadas, - como já dito anteriormente no quesito discussão bibliográfica – com o objetivo de fortalecer o parque industrial brasileiro, o que beneficiaria o segmento voltado para a produção de material bélico. Segundo Marini, a preocupação com ele já estava presente no governo Jango, que não queria ser tão dependente dos Estados Unidos, que impusera uma padronização desde o início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Dessa forma, Jango pretendia “diversificar as fontes de capital estrangeiro e desenvolver simultaneamente a indústria nacional.” (Pág. 20, 1985), pois já sabia que sobrevivência do Estado capitalista brasileiro dependia do fortalecimento das forças militares. Nas palavras de Renato

Lemos em seu artigo *O complexo industrial-militar e o Estado Brasileiro (1954-1967)*: “há, neste processo, uma dimensão específica da realidade estatal do país que transcende as singularidades do regime político vigente” (Pág. 13), ou seja, a preocupação com o “nacional” em diferentes regimes políticos.

A obra do cientista político René Dreifuss também é considerada norteadora dessa pesquisa por ter sido a primeira a classificar o golpe de 1964 como “empresarial-militar”, afirmando que a participação civil na elaboração do golpe foi essencialmente dos empresários, que tinham como objetivo preservar a ordem capitalista brasileira em um momento de crise econômica e política. Dessa forma, essa participação era para assegurar que a modernização do capitalismo brasileiro seria alcançada, atendendo assim aos seus interesses econômicos, ideológicos e políticos.

Hipóteses:

A formação de uma articulação entre setor industrial privado e o Estado foi essencial para a consolidação do golpe e teve como objetivo principal a preservação da ordem capitalista, que interessava aos empresários economicamente e aos militares politicamente, que estavam contra a “ameaça comunista”. O setor industrial privado e o Estado já estavam se relacionando antes mesmo do golpe, desde 1961 com o início do IPES. Após o golpe, essa relação se consolida atuando via GPMI, sob supervisão do Estado-Maior das Forças Armadas, e as empresas passam a participar do Estado na questão da segurança nacional.

A relação entre o Estado-Maior das Forças Armadas com o setor industrial privado nos levará a uma melhor compreensão da formação do complexo industrial-militar brasileiro, que foi a síntese de articulação dos interesses dos militares e dos empresários, e bastante atuante no regime pós-1964, constituindo uma das expressões mais significativas do regime ditatorial.

Metodologia e fontes

A metodologia de pesquisa escolhida para esse projeto decorreu da premissa de que se tratava de examinar as relações entre um setor específico do empresariado com

um agência estatal situada no epicentro da crise que levou à deposição do governo de João Goulart e à mudança de regime político no país. O trabalho começou com uma extensa pesquisa bibliográfica a partir do textos debatidos no Laboratório de Estudos de Militares na Política (LEMP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro e depois com um aprofundamento nas importantes obras que tratam sobre a relação indústrias-Força Armadas no golpe de 1964 que já foram citadas anteriormente, como os trabalhos de Octavio Ianni, Rui Mauro Marini, Rene Dreifuss, Jean-Claude Silberfeld e os do orientador dessa pesquisa, Renato Lemos.

Como essa pesquisa se propôs a entender essa relação entre o setor industrial privado e o Estado, este sendo analisado através da atuação do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), órgão importante nas tomadas de decisões na área militar, no quesito segurança nacional. Dessa forma, para a análise e compreensão da atuação desse órgão foi realizada pesquisa nos arquivos do próprio EMFA, hoje depositados no Arquivo Nacional.

CAPÍTULO I

O CONTEXTO HISTÓRICO DA REALIZAÇÃO DO GOLPE

1.1. A crise do populismo que levou à ditadura civil-militar

Como brevemente mencionado na introdução desse trabalho, houve uma crise econômica e política nos anos 60 que criou condições para a efetivação do golpe de 1964 e o início do regime ditatorial. Essas complicações econômicas e políticas do período foram resultado de uma forte crise do populismo, vigente desde 1945. Apesar da dificuldade da definição do termo populismo, aqui o usaremos como uma política de conciliação de classes com interesses conflitantes entre si. Dessa forma, o populismo em uma sociedade capitalista funcionaria até o momento de uma crise – inerente ao capitalismo – que, quando deflagrada, acentuaria fortemente os interesses conflitantes dessa conciliação de classes. Sendo assim, a crise econômica e política dos anos 60 ocorreram devido às incoerências estruturais do próprio populismo, que se tornou insustentável e gerou uma conjuntura de instabilidade que favoreceu a articulação das classes dominantes em um projeto que beneficiasse majoritariamente os seus interesses políticos e econômicos. Dessa forma, esse capítulo se dedica a analisar essa crise do populismo que tornou viável a efetivação do golpe de 64.

René Dreifuss em sua obra fundamental “*1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*” nos mostra que o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi o período com a maior expressão das características populistas, que foram efetivas durante os cinco anos da administração de Juscelino, porém se esgotaram, não possibilitando a continuação dessa estratégia para os governos seguintes. As tensões entre os interesses conflitantes das classes dominantes e da classe trabalhadora organizada foram bem administradas nesse período até o momento que não houve mais a viabilidade desse modelo de conciliações, insustentável em um longo prazo, pois não há como manter duas forças sociais com demandas que ferem umas às outras atendidas por muito tempo. Dessa forma, no final dos anos 50 iniciaram-se os primeiros indícios do crítico cenário político e econômico que estava por vir.

Segundo o autor, a eleição de Jânio Quadros a presidência em 1961 foi a última esperança dos civis do grande capital de se manterem ainda em alguma esfera de poder dentro do Estado, e durante um período do governo Jânio isso realmente ocorreu. Assim que eleito, Jânio recebeu do Conselho Superior das Classes Produtoras, o CONCLAP¹⁸, um documento intitulado “*Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento*” que demonstrava as ações que as classes empresariais esperavam dessa nova administração presidencial, de acordo com seus interesses associados ao capital nacional e estrangeiro, e que realmente foram atendidas durante o governo Jânio. Além disso, praticamente todos os postos do seu governo, inclusive os mais importantes, foram ocupados por grandes nomes do empresariado da FIESP e pelo núcleo fundador da Escola Superior de Guerra, como Golbery do Couto e Silva, Ernesto e Orlando Geisel, entre outros. Dessa forma, o governo Jânio Quadros estava alinhado aos interesses do grande capital e de oficiais das Forças Armadas interessados no maior controle possível da organização das classes trabalhadoras, ou seja, as “forças sócio-econômicas modernizante-conservadoras” (1981, p. 126) nas palavras do próprio Dreifuss.

Ficou evidente logo após os meses iniciais da administração de Jânio que a postura de conciliação de classes que fora efetiva no governo JK não obteria o mesmo êxito nessa conjuntura, devido grande parte aos problemas herdados por Jânio Quadros da administração anterior. Com todo seu projeto de desenvolvimento acelerado, JK havia deixado a economia extremamente enfraquecida, com problemas na balança de pagamentos, alta inflação, estagnação agrária, entre outros. Somado a isso, estava o fato de que desde que João Goulart fora vice de Juscelino Kubistchek houve um aumento na adesão sindical que vinha se articulando cada vez mais e se fortalecendo, pressionando os governos para que atendessem suas demandas. Dentro desse cenário, era cada vez mais visível à classe empresarial que Jânio Quadros não conseguiria atender integralmente as demandas do grande capital e, segundo Dreifuss, percebiam também que não seria possível o reajuste econômico e político que desejavam dentro desse

¹⁸ “Associação civil criada em 16 de julho de 1959 por iniciativa de um grupo de representantes das classes produtoras que desejavam coordenar uma ação de vigilância e de defesa de seus interesses econômicos e políticos. Tendo-se oposto frontalmente ao governo de João Goulart, perdeu sua expressão política após o movimento militar de março de 1964.” Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 02/12/2018

sistema político eleitoral, que apesar de restrito era baseado no populismo e por isso pregava que os interesses conflitantes fossem pelo menos, parcialmente conciliados.

Em agosto de 1961, Jânio Quadros em uma tentativa de talvez sanar as tensões que se acirravam, renunciou - apenas sete meses após o início de seu governo - acreditando que a classe média, as classes empresariais e alguns militares pediriam pelo seu retorno e o ajudariam na solução da recessão em sua volta à presidência, porém não foi o que ocorreu. Segundo Dreifuss, seus apoiadores não estavam dispostos a clamar por sua volta e ajudá-lo; dessa forma, seu vice-presidente João Goulart chegou à presidência.

A ascensão de João Goulart a presidência representou uma maior ameaça aos interesses das classes dominantes, que tentaram impedir que Jango iniciasse seu governo. Segundo Dreifuss, um grupo composto pela “(...) burguesia industrial de porte médio, os setores agrários do sul do país e políticos tradicionais” (1981, p. 130) entrou em acordo com os militares da ESG e aos interesses multinacionais e associados e impôs a João Goulart o parlamentarismo, única forma encontrada de limitar seu governo. Em janeiro de 1963, através de um plebiscito sobre a manutenção do parlamentarismo, João Goulart finalmente chegou à presidência com seus plenos poderes referente a um chefe do Executivo. Dessa forma, se iniciava um governo bem mais pluralista e que agradaria cada vez menos às classes empresariais. Segundo Dreifuss, João Goulart construiu sua base de apoio com diversos setores da sociedade, desde as classes trabalhadoras urbanas e os setores industriais médios até os setores agrários e o campesinato mobilizado. Além disso, figuras políticas influentes como Francisco Julião e Brizola apoiavam seu governo, e intelectuais como Darcy Ribeiro, Celso Furtado, entre outros.

As primeiras medidas do governo nacional-reformista de João Goulart já demonstravam que seu governo não seria pautado tão fortemente na conciliação entre os interesses das classes empresariais e dos trabalhadores como os governos populistas anteriores, e desagradaram bastante os interesses multinacionais e associados. Entre essas medidas, estava a lei que restringia a remessa de lucros das multinacionais, ou seja, impedia a saída de capital do Brasil, o que gerou maior controle desse capital estrangeiro no país, que até então possuíam diversos privilégios, oriundos dos governos JK e Jânio. Além disso, João Goulart propôs o reajuste do salário mínimo e um esboço

da reforma agrária, entre outras medidas trabalhistas, e apresentou uma reforma eleitoral que dava aos analfabetos e soldados o direito ao voto¹⁹. João Goulart propunha um governo evidentemente reformista e que favorecia e incentivava a participação popular.

Segundo Dreifuss, a economia seguia enfraquecida, com a inflação aumentando e afetando diretamente o poder de consumo e o potencial de poupança da classe média. Além disso, a forte diminuição do favorecimento do capital estrangeiro realizada por João Goulart abalou os investimentos. Os interesses multinacionais e associados não eram mais tão privilegiados já que João Goulart possuía pautas com demandas populares, com o objetivo de melhorar minimamente as condições de vida das classes trabalhadoras, com maiores investimentos em educação, saúde e habitação. Seguindo essa lógica, a administração de João Goulart beneficiou as indústrias de porte médio e setores agrários voltados para os bens de consumo direcionados a um mercado de baixa renda, em detrimento das corporações multinacionais. Em uma passagem interessante, Dreifuss resume sobre esse processo de “desaceleração do desenvolvimento econômico”:

A relativa desaceleração do acentuado aquecimento econômico do período de Juscelino Kubitschek evidenciou-se por intermédio de vários fatores, como a redução de investimentos em setores de proa (bens duráveis de consumo), a diminuição na demanda de bens intermediários e de capital, o enfraquecimento de investimentos públicos nos setores multinacionais e a desagregação do ciclo de demanda interindustrial. (1981, p. 133)

As empresas estatais de setores de infra-estrutura como petróleo, eletricidade, construção, entre outras, foram as primeiras a sofrer fortes impactos com a crise econômica, gerando greves realizadas pelos setores públicos. Com essa diminuição do ritmo de desenvolvimento, começaram os fortes golpes ao governo João Goulart, realizados pela mídia e pela opinião pública, que eram pautadas pelos interesses da classe média. Esses ataques começaram a ser usados engenhosamente pelas classes dominantes, que viram nesse momento de início de contestação do governo João Goulart a oportunidade de se articularem de forma mais coesa em prol dos seus interesses.

Segundo Dreifuss, nesse momento quase todas as medidas de João Goulart começaram a ser criticadas pelo grande capital, como as políticas distributivas, as intenções de nacionalização e medidas estatizantes. Ao mesmo tempo, esse grande

¹⁹ Dreifuss cita todas as ações da administração João Goulart que desagradaram o grande capital na página 131 de sua obra.

capital começou a exigir o que chamava de “estabilização da economia”, que implicava em controle de salários, medidas para diminuir a inflação, ou seja, medidas que favoreciam seus interesses e da classe média em detrimento das classes trabalhadoras. Além das questões econômicas e políticas, as tensões sociais também se agravavam. Isso por que o caráter de classe do Estado começou a ficar perceptível com o início da ruptura do populismo e começaram a surgir mobilizações populares, além da retirada do apoio do bloco oligárquico-industrial ao governo João Goulart, que não se via mais representado no executivo nacional-reformista. Dessa forma, a única parcela da sociedade que se manteve na base de apoio ao governo foram os trabalhadores organizados, o que assustou as classes dominantes que começaram a articular sua reação política.

No tópico intitulado “*A percepção da crise de autoridade*”, Dreifuss menciona um estudo sobre partidos políticos e as eleições nacionais de 1960 realizado por Paulo de Assis Ribeiro, integrante do IPES, que alertava às classes dominantes que o sistema eleitoral e institucional vigente não favoreceria seus interesses no futuro próximo, pois não havia a possibilidade de uma associação política efetiva, devido a diversos fatores como incoerência entre a doutrina de um partido e dos seus candidatos, tensões entre âmbitos nacionais e locais, entre outros motivos. Além disso, esse estudo mostrou aos interesses multinacionais e associados que eles não possuíam poder político equivalente ao seu poderio econômico, enquanto as indústrias de porte médio e o setor agrário que possuíam um poder aquisitivo muito menor eram bem mais influentes na política. Esses motivos expostos no estudo de Paulo de Assis Ribeiro que demonstravam a incapacidade dos interesses multinacionais e associados de moldar a política de acordo com seus interesses econômicos levaram essas classes dominantes a articular uma ação extrapartidária.

Além dessa percepção das classes dominantes de que os rumos econômicos e políticos dessa conjuntura não favoreceriam seus interesses, as movimentações populares através dos sindicatos também foram um motivo para essa organização extrapartidária, segundo o autor. Apesar dessas movimentações não representarem ameaças a estrutura social vigente, foram suficientes para as classes dominantes considerarem que havia uma “ameaça interna”. Dreifuss exemplifica esse sentimento utilizando uma fala do embaixador Lincoln Gordon em uma palestra na ESG em 1962: “Não existem provas em todas as partes de uma sistemática infiltração comunista nas

universidades e nos grupos estudantis, nos sindicatos e nos meios de comunicação, no serviço público e nos partidos políticos?”²⁰ Ao contrário do que acreditava esses setores da classe dominante, não existia essa ameaça tão bem articulada vinda da classe trabalhadora. O que ocorria era uma crise tão forte do populismo que esse deixou de ser um meio de manipulação que sempre foi, de articulador de consentimento, e passou a ser o canal de participação política que permitia a classe trabalhadora, apesar de desorganizada, de expressar suas demandas. Esse cenário já foi suficiente para as classes dominantes articularem o que chamaram de “golpe preventivo”. Nas palavras de Dreifuss:

Foi somente quando o populismo se tornou uma forma de participação que deflagrou a crise. Tal ocorria à medida que o populismo perdia uma parte substancial de seu caráter manipulador e os políticos tradicionais perdiam o controle dos sentimentos populares. As premissas ideológicas do pacto de domínio que assumiam o povo como ator central começavam a ser cobradas politicamente e o discurso ideológico dominante começava a ser implementado pela *práxis* política das classes subordinadas. Tal ruptura político-ideológica continha em si a ameaça de subversão denunciada pelo conjunto das classes dominantes e suas camadas auxiliares. (1981, p. 141)

Dessa forma, se iniciaram várias críticas ao populismo tanto da classe trabalhadora quanto das classes dominantes. As classes trabalhadoras reivindicavam que não viam nenhum ganho apesar de certo aumento da produtividade desde o governo JK, e se unificaram trabalhadores rurais e industriais. A oligarquia rural temia uma mobilização camponesa e a reforma agrária; a burguesia e alguns quadros das Forças Armadas reclamavam da depreciação de seus salários, ou seja, diversos setores da sociedade criticavam o populismo. Segundo Dreifuss, foi nesse momento de acirramento das tensões que as Forças Armadas começaram a pensar em uma intervenção, mas com um viés “salvacionista” e dentro dos limites da lei, pois não os agradava a situação de instabilidade que se encontrava no país e que ameaçava sua organização hierárquica. A necessidade de se reorganizar a ordem no país, estimulada pela doutrina de segurança nacional disseminada pela ESG justificaria uma intervenção militar.

Dessa forma, a chamada crise econômica e política da década de 60 foi resultado de uma forte crise de um sistema de conciliação de classe que não pôde mais se sustentar, pois não havia mais a possibilidade de atender ao mesmo tempo as demandas

²⁰Lincoln Gordon. ESG, Documento n. C-41-62. Pág. 32. Apud DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação político, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

contraditórias do grande capital, e da classe trabalhadora. Quando os interesses multinacionais e associados perceberam esse crítico cenário político, começaram a se articular em prol dos seus interesses; e o bloco industrial-oligárquico - também pertencente as classes dominantes e até então presente no bloco populista de poder - estava enfraquecido demais para tentar reorganizar a forma de domínio populista. Dentro desse cenário, a classe empresarial com seus interesses multinacionais e associados se organizou fortemente no complexo IPES/IBAD, realizando uma forte iniciativa de classe com o objetivo de elaborar seu projeto político que os tornariam além de uma supremacia econômica, também uma supremacia política. Nas palavras de Dreifuss:

As classes capitalistas se unificariam sob uma única liderança – o Complexo IPES/IBAD – no Estado Maior da burguesia, como também agiriam sob a bandeira de um único partido de ordem, as Forças Armadas. A crise de autoridade orgânica e de hegemonia política seria resolvida por um golpe preventivo empresarial-militar. (1981, p. 143)

Octavio Ianni em sua obra “*O colapso do populismo*” trata sobre as mudanças econômicas e políticas desse período, com ênfase nas crises e rupturas. Dessa forma, o autor também apresenta a crise do populismo como a razão que permitiu a articulação do golpe de 1964 pelas classes dominantes, que se encontrava assustada com o aumento da politização das massas e encontrou nesse momento de crise da democracia populista uma chance de instaurar seus interesses econômicos e políticos no poder.

Ianni afirma em sua obra que o populismo possuiu diferentes modalidades, como o getulismo, o trabalhismo, o janguismo, porém nunca foi um partido político ligado a uma figura política proeminente e sim um movimento político. Iniciado em 1930 no governo Vargas, foi se transformando no cenário brasileiro até chegar a sua crise e sua ruptura com o fim do governo Juscelino Kubistchek. Apesar de ser uma política de aliança de classes, de conciliação de interesses contrários das classes dominantes e das classes subordinadas, o populismo permitiu a participação política das massas, apesar de sempre controlada.

O autor afirma que o motivo para sua crise e ruptura foi devido ao seu funcionamento ocorrer em uma sociedade capitalista, que possui suas próprias crises econômicas e políticas. Ou seja, em períodos sem grandes crises do capitalismo, o populismo funcionava razoavelmente estável, porém em momentos de desequilíbrio, os

antagonismos da política de conciliação de classes ficavam muito acentuados e geravam turbulências.

Segundo Ianni, em 1962 o processo de expansão econômica já estava esgotado, não havia mais altas taxas de desenvolvimento econômico e em 1963 realmente havia uma crise econômica, com uma alta inflacionária que conseqüentemente diminuía os salários da maioria da população. As classes subordinadas iniciaram várias reivindicações por aumentos salariais, o que gerou um fortalecimento das lutas sindicais e da politização dos trabalhadores. Dentro desse mesmo cenário, o poder político também estava cada vez mais enfraquecido, pois desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e a tentativa de golpe de setores das classes dominantes para impedir a posse do então vice-presidente João Goulart, se tornou visível a fragilidade do poder burguês nesse período de 1961 a 1964.

Quando o líder populista João Goulart finalmente chegou à Presidência, a crise econômica e política já estava instaurada, tornando ineficazes os mecanismos da política de conciliação de massas. Além disso, as “reformas de base²¹” propostas pelo presidente aumentaram o cenário de instabilidade. Em consequência desse aprofundamento da crise do poder burguês, as classes dominantes, que se sentiam cada vez mais ameaçadas, pois o populismo havia chegado até na sociedade agrária, começaram a se reorganizar para solucionar a crise de acordo com seus interesses. Segundo Ianni, nesse momento havia a possibilidade de uma revolução socialista, devido ao aumento da crise econômica e política e a rápida e extensa politização das massas trabalhadoras, porém as classes dominantes agiram mais rápido. Nas palavras de Ianni, “No conjunto das opções amadurecidas durante o período crítico da democracia populista, a que se impôs foi a ditadura da burguesia.” (IANNI, 1975, p. 211)

Dessa forma, se inicia em 1964 um governo ditatorial completamente vinculado ao governo dos Estados Unidos, redefinindo todas as concepções políticas, econômicas, militares e culturais, aprofundando mais ainda o Brasil em uma dependência estrutural.

²¹ “Propostas de mudanças consideradas necessárias à renovação das instituições socioeconômicas e político-jurídicas brasileiras que tinham como objetivo remover os obstáculos à marcha do processo de desenvolvimento do país. Essas propostas foram a base do programa de governo do presidente João Goulart (1961-1964), assumindo o caráter de bandeira política durante a fase presidencialista daquela gestão. As reformas consideradas prioritárias eram a agrária, a administrativa, a constitucional, a eleitoral, a bancária, a tributária (ou fiscal) e a universitária (ou educacional)” Cf. Heloisa, MENANDRO. Reformas de base. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

Essa dependência estrutural, ainda segundo Ianni, já vinha em processo desde o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), na área econômica. Na área militar, as Forças Armadas brasileiras já vinham redefinindo suas funções políticas desde sua participação na Segunda Guerra Mundial, que gerou uma aproximação com as forças militares norte-americanas. Essa aproximação foi responsável pela substituição do princípio da defesa nacional pelo princípio da segurança nacional, de acordo com Ianni. Na política, o aumento da politização das massas sempre foi visto com receio pelos governos norte-americanos, e era utilizado como um alarme às classes dominantes brasileiras que justificaria a efetivação do golpe.

Segundo Ianni, o golpe de 1964 cumpriu seus dois objetivos principais: ampliar a dependência estrutural dos Estados Unidos, alinhando o Brasil definitivamente ao capital internacional e afastando a possibilidade do socialismo, e por fim em todas as manifestações da política de massas. A partir de então, os governos militares se tornaram comprometidos com os interesses econômicos e políticos das classes dominantes. A partir de primeiro de abril de 1964, o Brasil optava oficialmente por um modelo de desenvolvimento internacionalista e uma doutrina de interdependência, em todos os aspectos, político, econômico, militar e cultural, dentro da lógica chamada por Ianni de “Civilização Ocidental”. Em discurso feito pelo marechal Humberto de Alencar Castelo Branco no início de seu governo (1964-1967), esse posicionamento fica claro:

(...) Nenhum país, seja no mundo ocidental, seja no soviético, poderá defender-se sozinho contra um ou outro dos centros de poder. A defesa tem que ser essencialmente associativa. (...) No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, que se traduz numa fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental.²²

²² Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, discurso pronunciado no Itamarati, “Presidente Fixa a Política Externa”, Correio da Manhã, 01/08/1964, pág. 10. Apud IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 1975, pág. 175

1.2. Quem são os civis da ditadura civil-militar: principais atores na consolidação do golpe

É importante destacar quem foram os personagens que articularam o golpe e quais eram suas intenções. Hoje, 54 anos depois do golpe e com muitos trabalhos acadêmicos e uso público do tema, ainda podemos ver disputas historiográficas sobre as respectivas participações na preparação da derrubada do governo João Goulart.

Durante muitos anos o golpe de 1964 foi caracterizado somente como uma “ditadura militar”, sem menção aos civis que participaram de sua organização e consolidação. Em 1981, com a publicação no Brasil da obra de Rene Dreifuss, ficou conhecido de maneira extensa e profundamente documentada que houve uma participação civil no golpe, principalmente, de empresários e tecno-empresários²³ com claros interesses econômicos e políticos e um projeto de poder para o novo regime, evidenciando o conteúdo de classe no termo “civil”. Apesar de Dreifuss provar com diversas fontes documentais essa participação classista na articulação e consolidação do golpe, ainda hoje há uma forte historiografia revisionista - que atende especialmente ao próprio discurso oficial da ditadura – que classifica essa participação civil como um pedido da “sociedade” por uma intervenção militar pontual, devido à ameaça de um “golpe comunista” orquestrado por João Goulart, ignorando os principais articuladores e os interesses de classe que estavam sendo defendidos com a consolidação do golpe.²⁴

Demian Melo em seu artigo *Ditadura civil-militar? Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*²⁵ traz diversas críticas a esse revisionismo historiográfico, e apresenta por quais razões ele faz um desserviço aos estudos sobre o golpe de 1964. Inicialmente, o autor pontua que essa dicotomia civil/militar é uma divisão existente na própria lógica militar, e, portanto, definir que além dos militares, os não-militares, ou seja, os civis –

²³ Segundo Dreifuss, seriam os “técnicos em cargos burocráticos, que em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias, deveriam ser chamados mais precisamente de empresários ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários.” Ibidem, pág, 417.

²⁴ Como alguns artigos do historiador Daniel Aarão Reis, citados por Melo: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura civil-militar*. O Globo, Rio de Janeiro, caderno Prosa & Verso, 31 de março de 2012 e REIS, Daniel Aarão. *O sol sem peneira*. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, agosto de 2012

²⁵ MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura civil-militar?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. Espaço Plural, Ano XIII, Nº 27, 2º semestre 2012.

como um todo, sem maiores contextualizações referentes aos seus perfis sociais - também apoiaram o golpe, é fraco e empobrece o debate. A grande crítica de Melo é que caracterizar a participação civil dessa forma e como algo inovador na historiografia, se “distância do estudo da dinâmica da luta de classes como nervo da política”²⁶

Outra crítica feita pelo autor a essa historiografia revisionista que ignora o recorte de classe dada ao termo “civil” fartamente comprovado documentalmente na obra de Dreifuss, é que ao usar o termo civil desta maneira, os autores sugerem que houve um grande e amplo apoio à ditadura por parte da “sociedade brasileira,” ignorando as suas clivagens internas e tornando-a cúmplice do golpe e do regime ditatorial. Para refutar esse argumento, Melo desconstrói alguns fatos dados como comprobatórios desse apoio da “sociedade civil” homogeneizada, como por exemplo, a adesão as marchas organizadas antes e depois do golpe, as votações expressivas no partido da ditadura - A Aliança Renovadora Nacional (Arena)- e a “popularidade” do general presidente Emílio Médici (1969-1974). Em relação às marchas, Melo afirma que elas só demonstram que, ao contrario da ideia também revisionista, de que o povo assistiu a tudo bestializado²⁷, claramente, houve adesão de alguma parcela da população ao golpe e a ditadura, o que não significa um apoio geral, do conjunto da sociedade. Sobre as votações, o autor pontua que se esquece de fazer menção aos expressivos votos nulos, que tinham como objetivo denunciar a farsa de uma votação “democrática” entre dois partidos subordinados à ditadura. E, por último, em relação à popularidade do governo Médici, o autor pontua que em um contexto ditatorial e tendo sido o governo mais repressivo do regime ditatorial, era de se esperar que a maioria da população se declarasse abertamente a favor do governo em questão, muito mais por zelarem por suas próprias vidas do que por uma real adesão a ele.

Além disso, Melo critica a forma como é utilizada o termo “sociedade” como algo monolítico capaz de apoiar, ou não apoiar, de maneira integral e unificada um governo, e, conseqüentemente colocar os articuladores do golpe como pessoas fora

²⁶ Ibidem, pág. 6

²⁷ “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada” frase que ficou muito conhecida, escrita por Aristides Lobato, político e jornalista republicano, e um dos articuladores dos preparativos que antecederam a Proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889. Três dias depois, Lobato em carta publicada no Diário de São Paulo escreveu essa frase sobre o que achou da participação popular no dia da Proclamação. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20Aristides.pdf>> Acesso em: 02/12/2018

desse conjunto “sociedade brasileira.” Para o autor, o caminho seria considerar o conceito “sociedade civil” de Gramsci, que nos conduz aos “nexos causais a partir dos quais *uma parte da sociedade brasileira* apoiou uma ditadura feita *contra outra parte da sociedade.*”²⁸

Para Demian Melo, além desses problemas trazidos pela análise revisionista, o maior deles seria a tentativa dessa historiografia de entender o processo político que levou ao golpe e a ditadura fora da perspectiva do capitalismo, pois negligenciar todas as mudanças econômicas que o Brasil vinha passando desde 1950, que o inseria cada vez mais dentro da lógica do capitalismo mundial, e que foram essenciais para a consolidação do golpe, não permite uma boa compreensão do período. A expansão da indústria de bens duráveis e o fortalecimento das classes dominantes, donas de empresas que se beneficiariam da ditadura, como os empresários da construção civil, do sistema bancário, indústria pesada, e dos setores da comunicação de massa, mostra como o núcleo classista empresarial que articulou e consolidou o golpe tinha o interesse de consolidar um projeto de poder capitalista, que beneficiasse os seus interesses. Segundo o autor, não há como fazer uma análise do período ditatorial sem considerá-lo como a “ditadura do grande capital”. Além disso, o autor acrescenta que considerar que o milagre econômico não foi para pouquíssimos, como é presente em algumas obras revisionistas, é errôneo, pois esse período de crescimento econômico se baseou em um forte arrocho salarial “garantindo lucros extraordinários para o capital monopolista e certa euforia do consumo dentre as classes médias”²⁹

Em suas considerações finais, o autor enfatiza que não determinar quem foram esses civis participantes do golpe, culpabilizando todos de uma mesma forma, retira a responsabilidade de certos atores que foram essenciais na articulação e consolidação do golpe e, além disso, torna o conjunto da sociedade como cúmplice. Para que o termo “civil-militar” não seja mais utilizado dessa forma, o autor sugere a expressão “empresarial-militar”, também utilizada por Dreifuss em sua obra que comprova que o núcleo de civis que articularam o golpe eram empresários e tinham interesses econômicos e políticos no seu projeto de poder, evidenciando o caráter de classe do golpe e da ditadura instaurada a partir de 1964. Dessa forma, é essencial analisar o período da ditadura brasileira através do capitalismo, que foi a via escolhida para a

²⁸ Ibidem, pág. 8

²⁹ Ibidem, pág. 11

superação da crise econômica do período e a forma de consolidar um projeto de poder específico das classes dominantes.

CAPÍTULO II

A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR: PRIMEIRAS ARTICULAÇÕES ENTRE EMPRESÁRIOS E MILITARES

2.1. A criação e atuação do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e sua conexão com a Escola Superior de Guerra

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), foi criado em 29 de novembro de 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo e alguns oficiais ligados a Escola Superior de Guerra (ESG), com o objetivo de desestabilizar o governo João Goulart. Em *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*, Rene Dreifuss dedica um capítulo intitulado “*A elite orgânica: recrutamento, estrutura decisória e organização para ação*” para analisar a atuação dessa estrutura e as consequências de suas ações nesse cenário de desarticulação do governo Jango. Nesse capítulo, Dreifuss explica a organização e atuação do que chama de Complexo IPES/IBAD e explica como ele se formou, quem são seus personagens e toda a linha de ação dessa estrutura. Nessa pesquisa, nos interessam alguns aspectos da sua formação, quais eram os interesses dos seus membros e a sua relação com os militares, através da ESG.

Para explicar a formação e atuação desse complexo político-militar, que foi a expressão da fase política dos interesses empresariais, Dreifuss enfatiza a importância de entender que a sua materialização representou o surgimento de “uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado.” (DREIFUSS, 1981, pág. 161) O IPES era inicialmente um limitado grupo de pressão descontente com a proximidade de João Goulart com a esquerda e as possíveis consequências dessa aproximação. Uma vez formado esse complexo, era a concretização de uma reação empresarial ao possível caminho de esquerda direcionado por João Goulart.

As origens do IPES estão no final do governo Juscelino Kubitschek, que já incomodava os futuros membros do Instituto, devido à alta inflação e o estilo populista, enquanto o governo Jânio Quadros agradava no quesito do objetivo moralizador. Apesar de já existir uma articulação entre os interesses multinacionais e associados, individuais ou setoriais, não havia nenhuma grande organização de classe articulada na época, com liderança determinada. Segundo Dreifuss, dentro desse contexto ocorreu a primeira reunião entre empresários do Rio de Janeiro e São Paulo. A ideia da criação do IPES teria vindo dos empresários do Rio, especialmente do Gilbert Huber Jr, de origem americana, e Glycon Paiva, que após vários debates resolveram criar o Instituto, que foi sediado em São Paulo inicialmente por questões estratégicas. Segundo Dreifuss, Paulo Ayres Filho, empresário e ex-diretor do Banco do Brasil no governo Jânio Quadros, foi contatado por Gilbert Huber Jr, com a tarefa de recrutar empresários de São Paulo, tendo sido João Batista Leopoldo Figueiredo, empresário multinacional e ex-presidente do Banco do Brasil no governo Jânio Quadros, o primeiro a ser convidado e escolhido líder do IPES de São Paulo. Assim que Jânio Quadros renunciou, decidiu-se ativar o Instituto. Apesar de o contato ter sido feito primeiramente por Gilbert Huber Jr, Paulo Ayres Filho, chamado por Dreifuss de “dedicado anticomunista”³⁰ já estava analisando tendências da polarização da Guerra Fria na América Latina desde os anos 1950.³¹

Nesse mesmo momento, ocorria o recrutamento de empresários no Rio de Janeiro, feito por Gilbert Huber Jr, e Glycon Paiva, entre outros, que buscavam também a participação de oficiais da reserva das Forças Armadas no Instituto, tendo sido o general Golbery do Couto e Silva indicado pelo general Heitor Herrera para a participação no IPES. Ao mesmo tempo, ocorriam diversas reuniões entre empresários do Rio de Janeiro e São Paulo interessados em pensar transformações de ordem política e econômica no país.

Nas palavras de Dreifuss:

Desses encontros planejados e discussões preliminares com um constante e crescente número de indivíduos de destaque, surgia a ideia de se estimular em todo o país uma reação empresarial ao que foi percebido como a tendência esquerdista da vida política.³²

³⁰ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação político, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, pág. 162.

³¹ DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, pág. 212, nota 12.

³² *Ibidem*, pág. 163.

O IPES passou a existir oficialmente dia 29 de novembro de 1961. Como enfatizado por Dreifuss, apesar dos seus líderes e primeiros membros possuírem diferenças ideológicas, o que os unificava eram as identidades: o grande interesse em reformular o Estado economicamente e politicamente para atender às suas demandas de capital multinacional privado e o posicionamento anticomunista. A divulgação da sua criação foi recebida com entusiasmo por diversos órgãos da imprensa brasileira, como *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Correio do Amanhã* e *Última Hora*³³. Após a sua criação, o Instituto se expandiu para outros estados do Brasil, em centros menores, como Porto Alegre, Santos e Belo Horizonte.

Desde o início, o IPES atuou com uma vida dupla, pois precisava convencer a sociedade de que era uma Instituição a serviço da democracia. Segundo Dreifuss, publicamente o Instituto se mostrava como uma organização de homens de negócios, intelectuais e técnicos interessados em analisar e participar dos acontecimentos políticos e sociais do país, apoiando a democracia. Diziam-se interessados na solução dos problemas nacionais, sem interesses de classe ou privados, contando com a participação de professores universitários, técnicos e peritos com intuits patriotas, interessados no desenvolvimento econômico e social do país. Não satisfeitos com toda essa apresentação, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais era apresentado pelas suas lideranças ao grande público como “uma organização educacional, que fazia doações para reduzir o analfabetismo das crianças pobres – e como um centro de discussões acadêmicas”.³⁴

Toda essa descrição do que era o IPES, feita pelo próprio Instituto se referia somente à teoria, para a construção de uma fachada, pois na prática sua atuação era de uma forte campanha política, ideológica e militar contra o governo de João Goulart, tendo sido essencial para o seu enfraquecimento e a realização e consolidação do golpe em 1964. Segundo Dreifuss, através de manipulação de opiniões e de uma guerra psicológica, gradativamente o IPES alcançou seu objetivo de fazer com que os empresários se vissem e atuassem como uma classe, com seus interesses a serem defendidos, tendo como objetivo final a subordinação do Estado às suas inclinações econômicas e políticas. Apesar do Instituto se declarar sem interesses de classes e

³³ Ibidem, pág. 163.

³⁴ Ibidem, pág. 163.

privados, o próprio interesse de alguns fundadores de manter a Instituição completamente clandestina³⁵ deixa nítido exatamente o oposto.

As ações práticas do IPES no seu projeto de desestabilização do governo Goulart foram, segundo Dreifuss, organizar militantes antigovernistas que se encontravam dispersos, infiltrar-se em movimentos estudantis, operários e camponeses, com o objetivo de enfraquecê-los e dirigi-los e uma grande e articulada presença política no Congresso, organizando todos os setores de centro-direita contra o governo e a esquerda trabalhista. Além disso, a elite orgânica do IPES alcançou o controle da mídia audiovisual e da imprensa de todo o país. Aqui cabe uma explicação sobre o termo elite orgânica, utilizado por Dreifuss. A historiadora Rejane Hoeveler em seu texto René Dreifuss e o golpe de 1964: sobre teorias e conspiracionismos³⁶ analisa esse e outros conceitos utilizados por Dreifuss em suas obras e aponta que a sua matriz é o “intelectual orgânico” de Gramsci, que seria “todo aquele que, diferentemente do “intelectual tradicional”, está vinculado a um projeto de classe ou fração de classe” (2014, pág. 2). A elite orgânica de Dreifuss designa um conjunto de intelectuais orgânicos interessados em um projeto específico de Estado capitalista, e não somente de governo. Segundo a autora, “é um momento mais avançado numa consciência de classe capitalista” (2014, pág. 4)³⁷

Dentro da estrutura do complexo IPES/IBAD, o IBAD agia como uma unidade tática, segundo Dreifuss, enquanto o IPES seria um centro estratégico. O IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, surgiu em 1959 e também recebia contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, como o IPES, e apesar de ter sido criado antes deste, foi necessário uma atuação mutua para que o IBAD atuasse em favor da desestabilização do governo de João Goulart. A articulação anticomunista do IBAD e o interesse na criação de uma consciência de classe empresarial, que superasse interesses particulares e individuais visando um objetivo maior, podem ser resumidos em um trecho retirado do suplemento especial da revista *Ação Democrática* em fevereiro de 1962, assinado por Ivan Hasslocher, coordenador geral do IBAD:

³⁵ Ibidem, pág.164.

³⁶ HOEVELER, Rejane Carolina. *René Dreifuss e o golpe de 1964: sobre teorias e “conspiracionismos.”* Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014.

³⁷ Para maior entendimento do conceito de elite orgânica ver a análise da autora em seu artigo.

A denúncia à nação da série infundável de falsas reformas propostas pelos comunistas é uma função essencial das classes produtoras. Mas só poderá ser feita quando deixarem de influir sobre as classes produtoras aqueles dos seus membros que, por quaisquer motivos, apóiam essas reformas e quando as classes produtoras tiverem dado mostras de sua boa fé ao promover as verdadeiras reformas de que o Brasil necessita. É incalculável, em suma, a contribuição ao bem comum que poderá ser feita pelas classes que detêm a grande parte do poder econômico da nação, com a influencia e responsabilidade política que esse poder econômico acarreta. (Pág. 16)³⁸

Devido a uma campanha massiva de conscientização de classe empresarial exercida pelo Complexo IPES/IBAD, gradualmente os resultados foram sendo alcançados. Segundo Dreifuss, empresários líderes de cerca de 500 corporações multinacionais e associadas, do Rio de Janeiro e São Paulo, começaram a ajudar financeiramente o IPES, para que desenvolvesse seus objetivos. O autor pontua também que esse processo de surgimento de organizações interessadas em uma “democracia” política e econômica que servisse aos seus interesses estava ocorrendo em toda a América Latina desde o final dos anos 1950, o que demonstra a importância que a região possuía no período, sendo alvo de preocupação por parte das elites que tinham um projeto político e econômico específico para o hemisfério. Havia troca de informações e até mesmo a presença do mesmo membro em organizações de países diferentes. Nas palavras de Dreifuss:

Uma lista de selecionadas organizações latino-americanas que formavam uma elite orgânica empresarial a nível de hemisfério dá uma visão de sua importância política nesse período e dos fortes interesses e vastos recursos que forçavam uma mudança modernizante-convencedora no continente. (1981, pág. 169)

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais também possuía fortes vínculos com os Estados Unidos, recebendo desde ajuda financeira para reuniões ou para acesso a materiais norte-americanos. Segundo Dreifuss, o IPES se tornou o “canal de difusão brasileiro” (pág. 171) da American Economic Foundation. Com a chegada de Lyndon Johnson ao poder em 1963, tanto a elite brasileira quanto as da América Latina receberam ainda mais apoio para a derrubada do governo “comunista” de João Goulart.

Apesar de toda a estrutura de organização que o complexo IPES/IBAD articulou, os resultados das suas ações não foram rápidos, pois era necessário o apoio das classes dominantes, das camadas sociais intermediárias e militares. Esse apoio foi sendo

³⁸HASSLOCHER, Ivan. As classes produtoras diante do comunismo. Suplemento especial da revista Ação Democrática, fev/1962. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=0BxtVCtuICuOpb240TWhCQzM4bTA>.

alcançado gradativamente, primeiro ao acreditarem que era preciso resistir ao governo de fortes ligações trabalhistas e de esquerda, e depois de que além de resistir era preciso derrubá-lo. Para que essa derrubada fosse articulada e vitoriosa, o apoio dos militares era essencial.

O capítulo VIII intitulado A ação de classe da elite orgânica: O complexo IPES/IBAD e os militares da obra de Dreifuss trata exatamente sobre como ocorreu a atuação desse complexo na busca de apoio dos militares e como alguns militares participaram ativamente de suas ações. O primeiro objetivo com a presença do complexo IPES/IBAD nas Forças Armadas era neutralizar ideias trabalhistas de João Goulart nos militares, e influenciar os grupos favoráveis à derrubada do seu governo a participarem da articulação do golpe, ou como nas palavras de Dreifuss, fazer das Forças Armadas um “instrumento” para liderar o golpe.³⁹

De acordo com o autor, os militares, tanto da ativa quanto da reserva, participavam dessa integração comparecendo a reuniões executivas do IPES, dando informações importantes das noções políticas das Forças Armadas sobre o governo João Goulart, e mantendo constante contato com os militares de todo o país. Essas reuniões e todo o contato dos membros do IPES com os militares eram sempre da forma mais discreta possível, com a utilização de codinomes por parte de alguns militares.

Toda a estrutura do Complexo IPES/IBAD era organizada e bem articulada com suas respectivas áreas de interesse, e dentro das Forças Armadas essa sua atuação não foi diferente, uma vez que a participação dos militares era crucial para a derrubada do governo. Segundo Dreifuss, foi criado pelo IPES um grupo de ação chamado Grupo de Levantamento da Conjuntura e a Unidade de Planejamento, responsável pelas ações táticas e estratégicas do Instituto nas Forças Armadas, sendo o principal objetivo trazer importantes oficiais para o movimento contra o governo do João Goulart. Além disso, o complexo IPES/IBAD atuava divulgando mensagens ideológicas com o intuito de influenciar outros oficiais, e participando de manifestações políticas e culturais das Forças Armadas.

Na página 365 de sua citada obra, há uma lista elaborada por Dreifuss com o nome de todos os militares das três armas que participavam do complexo IPES/IBAD de alguma forma, e segundo o autor, muitos desses oficiais já atuavam antes mesmo de

³⁹ Ibidem, pág. 370.

se iniciar uma relação mais estreita com as Forças Armadas. Muito deles já eram da reserva, mas eram nomes importantes e tinham um grande poder de influência, que acabava atingindo os oficiais de escalões mais baixos, movimento esperado em uma instituição muito hierarquizada como as Forças Armadas.

A relação do complexo IPES/IBAD com os militares era mais consolidada com os oficiais pertencentes à Escola Superior de Guerra e, segundo Dreifuss, o núcleo dos oficiais da ESG eram também ativistas e líderes do IPES, por isso o autor dedica um tópico do capítulo VIII à relação IPES/ESG. O general Golbery do Couto e Silva, presente desde o início das articulações entre IPES/IBAD e Forças Armadas – foi contratado pelo IPES em 1961 em um cargo importante de preparação estratégica – era o líder do grupo da ESG dentro do IPES, que também tinha como membros os generais Orlando Geisel, Ernesto Geisel, Jurandir Mamede, Antônio Carlos da Silva Muricy, entre outros nomes, que tinham como um dos objetivos trazerem outros oficiais para apoiarem a sua causa.

Segundo Dreifuss, a inteligente ação do grupo IPES/ESG que os fizeram bem sucedidos em seus planos foi a criação de um “estado-maior informal” do movimento, liderado pelo general Humberto de Alencar Castello Branco, com a participação dos generais Ernesto Geisel, Ademar de Queiroz e Golbery do Couto e Silva. O objetivo desse estado-maior era criar e consolidar uma rede de militares em todo o Brasil contrários ao governo João Goulart, que em um segundo momento atuaria na deposição do presidente. Além disso, era responsável também por garantir a eficiência das ações táticas realizadas, e que os outros grupos contrários ao governo João Goulart, porém não alinhados ao grupo IPES/ESG, não realizassem nenhuma prática que despertasse atenção do governo. Aqui cabe a explicação do termo “estado-maior” utilizado por Dreifuss ao longo de sua obra. Segundo o trabalho já citado anteriormente da historiadora Rejane Hoeveler, esse estado-maior seria: “um órgão capaz de operacionalizar os objetivos estratégicos e táticos em cenários modificáveis, modificando com suas ações as relações de forças” (2014, pág. 2) O grupo IPES/ESG ao criar esse estado-maior estava produzindo os caminhos para articular o golpe a nível nacional, o que era necessário para a sua efetivação.

Dreifuss pontua que existiam outros grupos que eram contrários ao governo de João Goulart, porém não participaram, pelo menos não desde o início, da articulação

IPES/ESG, e os nomeia “extremistas de direita” e “tradicionalistas”. Os primeiros são definidos pelo autor como fanáticos anticomunistas e antipopulistas, com a maioria dos oficiais da Aeronáutica, empresários e civis ligados a imprensa como o diretor do jornal *O Estado de São Paulo* e membro do IPES- São Paulo, Júlio de Mesquita Filho, e eram conhecidos por defender uma postura mais agressiva na campanha anticomunista. Os tradicionalistas eram os oficiais que não tinham pertencido à ESG, e que apesar de também serem anticomunistas, não pensavam em uma mudança tão grande em termos políticos e econômicos, como era o projeto da elite orgânica do grupo IPES/ESG, possuindo uma postura anti-modernizante. O apoio desses dois grupos era essencial para a consolidação do golpe orquestrado pelo núcleo IPES/ESG, especialmente o dos tradicionalistas, por fazer parte desse grupo o general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército, sediado em Recife e responsável pelas regiões Norte e Nordeste, esta última crucial nos projetos do IPES/ESG, devido à necessidade de conter as Ligas Camponesas e os fortes sindicatos rurais.

A consolidação da relação entre empresários e militares ocorreu na associação IPES/IBAD e os militares da ESG especificamente, pois esses militares compartilhavam dos mesmos interesses e valores empresariais que os membros do IPES/IBAD. Desde a sua criação, em 1949, em um período de forte influência norte-americana no Brasil devido ao contexto de Guerra Fria, os valores mantidos dentro da ESG eram, em grande parte, elaborados da mesma perspectiva dos capitais multinacionais e associados, acreditando que o caminho de crescimento do país era esse. Oficiais norte-americanos faziam parte do quadro de professores e da organização até os anos 1960/70, segundo Dreifuss. Além disso, ocorriam viagens dos oficiais da ESG para os Estados Unidos anualmente. Dessa forma, a ESG desde o seu princípio propagava valores empresariais dentro das Forças Armadas e era um canal de forte ligação entre Brasil e Estados- Unidos, muito interessado nas posições econômicas e políticas do Brasil devido a sua influência regional. Segundo Dreifuss, nos anos 1950, já existia participação militar nas empresas privadas, apesar de ter se tornado mais comum após 1964.

A relação IPES/IBAD/ESG foi responsável pela articulação do golpe e a derrubada do governo João Goulart, e elaborou todos os pontos necessários para esse objetivo, desde a criação de uma consciência de classe empresarial até o recrutamento de importantes oficiais. A elite orgânica citada por Dreifuss queria instaurar um projeto de Estado ajustado politicamente e economicamente ao capitalismo internacional,

atendendo assim aos interesses capitalistas dos empresários e os anticomunistas dos militares, esses últimos também interessados nos ajustes econômicos, devido à consciência empresarial que muitos portavam. No texto da Rejane Hoeveler já citado, a autora, ao explicar o conceito e os interesses da chamada “elite orgânica” de Dreifuss, sintetiza o objetivo do complexo IPES/IBAD/ESG, citando outro livro do autor: “Em suma, como Dreifuss deixa mais claro no último capítulo da *Internacional*, as elites orgânicas definitivamente superam os partidos burgueses: enquanto estes visam o *governo*, a elite orgânica visa o *Estado*”.⁴⁰(Hoeveler, 2014, pág. 4). Elaine Bortone em sua dissertação de mestrado intitulada *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)*⁴¹ também comprova que o complexo IPES/IBAD/ESG possuía um projeto de Estado, ao apresentar os projetos e anteprojetos de governo elaborados pelo IPES que foram colocados em prática durante a administração do presidente Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967).

⁴⁰ Grifos da autora.

⁴¹Bortone, Elaine de Almeida. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)* Dissertação. (Mestrado em Administração). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

2.2. O conceito de mobilização industrial

Silberfeld, já citado nesse trabalho anteriormente com a sua obra sobre o GPMI da FIESP, dedicou um capítulo à discussão do conceito Mobilização Industrial intitulado A complexidade do conceito de Mobilização Industrial onde tenta explicar o que é essa Mobilização, como funciona e quais os seus objetivos. O autor afirma que não se trata de aplicações de medidas belicistas, como o nome pode sugerir, e nem de uma política econômica específica, mas sim de um conjunto de providências que devem ser tomadas permanentemente por uma Nação, especificamente pelas Forças Armadas e pela indústria civil, para diminuir os efeitos que uma eventual guerra possa causar.

Resumidamente, a Mobilização Industrial é todo o esforço que o parque industrial civil deve realizar para atender às demandas das Forças Armadas em um período de situações excepcionais extremas, como guerras, cataclismos de origem natural ou qualquer situação que seja classificada como calamidade pública. Porém, para que essa Mobilização Industrial se efetive plena e rapidamente, o que é necessário em um momento caótico, é imprescindível que ela já estivesse sendo preparada e organizada desde os momentos de normalidade no país, ou seja, a Mobilização Industrial é algo que deve ser planejado e organizado permanentemente para quando necessário, tenha condições de ser efetivada com êxito. Silberfeld tenta nesse capítulo explicar como funcionaria um esforço de Mobilização Industrial e quais são as medidas necessárias à indústria civil para que seja possível realizá-la plenamente.

O autor afirma que é importante lembrar que o conceito de Mobilização Industrial está incluído no contexto da Mobilização Nacional definido pela ESG como:

(...) Um ato que interfere profundamente em todos os setores da vida nacional, inclusive no tocante às atividades da livre empresa, a Mobilização deve ser encarada como recurso extremo a ser utilizado nas emergências mais graves. Se a sua execução é uma decisão de grande magnitude, o seu planejamento deve ser encarado como rotina inseparável das atividades do governo ⁴²

⁴² EMFA – ESG. – Departamento de Estudos – Manual Básico, 1975, p. 525. apud SILBERFELD, Jean-Claude E. *O grupo permanente de mobilização industrial da FIESP: 1944-1967*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984.

Ou seja, a Mobilização Industrial requer grande planejamento e organização, é assunto de extrema importância do governo e mobiliza *todos os setores da vida nacional*, isto é, a indústria civil deve estar preparada para atender às demandas das Forças Armadas, no caso da deflagração de uma guerra. Para que isso ocorra, é necessário que haja um “contínuo intercâmbio de ideias e informações sobre o que e como produzir quantidades excepcionais necessárias às Forças Armadas” (1984, pág. 22) e um eficiente serviço de um Departamento de Estatísticas para que sejam conhecidas as reais condições do parque industrial nacional, a disponibilidade de recursos existentes e de sua produção. Segundo Silberfeld, essa seria a base de qualquer esforço de Mobilização Industrial, pois, “adequar corretamente os meios aos fins, exige estatísticas” (Pág. 22)

Ainda apresentando como a Mobilização Industrial obteria êxito em termos ideais, o autor acrescenta os quesitos imprescindíveis para tal, que seriam orçamentos, cronograma de atividades, uma legislação específica sobre o assunto, tecnologias adequadas às necessidades das Forças Armadas, entre outros quesitos que seriam bem resumidos em uma grande organização e planejamento, tanto da parte das indústrias civis quanto do governo interessado em um esforço de Mobilização Industrial. Silberfeld acrescenta que, para que a Mobilização Industrial ocorra, essa seria desenvolvida nos quatro campos do Poder: econômico, militar, político e psicossocial, sendo o primeiro responsável por organizar as fontes de produção e a obtenção dos artigos a serem produzidos, o segundo por fomentar as condições de defesa do território nacional, a mobilização psicossocial responsável por ativar a opinião pública e a mobilização política responsável pela adequação da legislação existente às atividades da mobilização.

Outro ponto importante que o autor destaca é a necessidade de inclusão das demandas básicas da produção civil dentro do planejamento da Mobilização Industrial, pois é imprescindível que a população siga tendo as suas demandas atendidas, já que, na teoria, é ela que está produzindo e fornecendo os insumos necessários para a atividade bélica. A ausência de produtos de alimentos, vestuários e transportes para os civis prejudicaria todo o esforço de mobilização. Porém, apesar das demandas básicas da população serem uma pauta da organização de uma Mobilização Industrial, com certeza seriam afetadas de uma alguma forma devido ao contexto de guerra.

Dentro de todo esse contexto apresentado, Silberfeld aponta que se pode afirmar que na eventualidade de uma guerra ocorrem quatro fases econômicas sucessivas que seriam: a preparação, a transformação, a guerra total e a desmobilização, que significariam exatamente o que seus nomes sugerem: a preparação seria a organização permanente das disponibilidades da Nação e as possíveis necessidades das Forças Armadas que teriam que ser atendidas; a transformação seria o ajustamento dessas disponibilidades às necessidades das Forças Armadas em um contexto de iminência de uma guerra, sem sacrificar o atendimento das necessidades básicas da população; a guerra total seria o “aproveitamento global da capacidade industrial no esforço de guerra” (SILBERFELD, 1984, pág. 24) e a desmobilização seria a reorganização das atividades da Nação em tempos de paz, que não necessariamente seriam as mesmas de antes do período de guerra. A Mobilização Industrial seria:

(...) a base de todo e qualquer esforço bélico essencial à preservação da soberania nacional, cabendo à Indústria a responsabilidade de estar adequadamente preparada para atender a qualquer solicitação do órgão responsável, a nível nacional, pelo desencadeamento do esforço de Mobilização Industrial.⁴³

Ao falar sobre o contexto brasileiro, Silberfeld aponta que há uma particularidade, pois as Forças Armadas brasileiras possuem pouquíssimos recursos alocados em comparação com a extensão territorial, população e produto nacional bruto do país, o que torna a responsabilidade do parque industrial brasileiro muito maior, visto que precisam estar preparados para responder imediatamente a uma demanda de Mobilização Industrial.

No capítulo 2 intitulado Antecedentes históricos da Mobilização Industrial no Brasil, o autor afirma que até a criação do GPMI da FIESP todos os esforços de Mobilização Industrial brasileiros foram improvisados, e somente com a Guerra do Paraguai que se tornara clara a importância de uma Mobilização Industrial no país. Desde a época do Brasil Colônia até a República Velha todas as necessidades das Forças Armadas eram atendidas por importação ou por produção próprias em suas unidades fabris.

⁴³ GPMI – Ata da 39ª Reunião Ordinária, 11 de janeiro de 1966, pág. 4. apud SILBERFELD, Jean-Claude E. *O grupo permanente de mobilização industrial da FIESP: 1944-1967*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984.

Os dois únicos momentos de esforços de Mobilização Industrial no Brasil ocorreram, segundo Silberfeld, em 1932 em São Paulo, com o Movimento Constitucionalista, e no período da Segunda Guerra Mundial, através do Setor de Produção Industrial da Coordenação de Mobilização Econômica⁴⁴, ambos com a participação da FIESP. O autor apresenta que em 1932 os militares empenhados nos ideais constitucionalistas deram à FIESP a tarefa de executar todo o processo de planejamento referente à Mobilização Industrial. Os esforços da Mobilização foram delegados à FIESP, pois essa congregava toda a indústria paulista e era preciso dar uma resposta rápida às demandas bélicas do Movimento Constitucionalista. Com o apoio do Instituto de Engenharia de São Paulo e da Escola Politécnica, a FIESP criou o Serviço de Cadastro e Mobilização Industrial (SCMI), composta por diversas comissões responsáveis por recursos estratégicos.

Sobre o segundo momento de Mobilização Industrial, Silberfeld aponta que com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi preciso criar um órgão que planejasse e organizasse os recursos brasileiros destinados ao conflito. Sendo assim, em 1942 foi criada a Coordenação da Mobilização Econômica, na qual o Setor de Produção Industrial era o responsável por “centralizar e coordenar as atividades da Mobilização Industrial”⁴⁵ Em 1944 uma lei específica foi criada para garantir a total colaboração da indústria brasileira com o esforço de guerra.

Silberfeld aponta que esses dois momentos de esforços de Mobilização Industrial no Brasil obtiveram êxito, porém foram organizados de forma emergencial, já que o Brasil não possuía um esforço permanente de Mobilização Industrial, deixando visível a necessidade de uma legislação sobre o assunto. Nas palavras do autor:

A análise dos antecedentes da Mobilização Industrial Brasileira denota um fato de suma importância: sua efetivação necessita de um corpo legal eficiente, que possibilite enquadrar toda a indústria no esforço de propiciar, em situações excepcionais, a produção ao bem estar da Nação, visto que o país continuamente improvisou soluções, pois não estava preparado para as

⁴⁴ “O plano para a criação da Coordenação da Mobilização Econômica remonta a setembro de 1939, quando o Conselho Federal de Comércio Exterior elaborou um projeto visando assegurar a defesa da economia brasileira diante dos problemas causados pela eclosão da Segunda Guerra Mundial. Aprovado pelo presidente Getúlio Vargas, esse projeto foi transformado em dois decretos-leis, que criaram a Comissão de Defesa da Economia Nacional e a Comissão do Abastecimento. As duas comissões, embora cobrindo áreas diferentes, deveriam agir conjuntamente, tendo como objetivo defender a economia nacional e mais especificamente os interesses do consumidor brasileiro” Cf. Sérgio LAMARÃO. Coordenação da Mobilização Econômica. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

⁴⁵ Anexo 5, pág. 10. Ibidem.

eventuais necessidades de se defrontar com situações que ameçassem seus Objetivos Nacionais. (Pág. 47)

2.3. O Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI)

Após toda a campanha política, ideológica e militar capitaneada pelo Complexo IPES/IBAD e a vitória de seu projeto golpista com a derrubada do governo João Goulart, no dia 30 de abril de 1964 foi criado dentro da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI). Composto por civis e militares, o GPMI tinha como objetivo intermediar as relações entre a indústria civil e as Forças Armadas, para que essa relação fortalecesse a possibilidade de mobilização industrial do país. Dessa forma, o GPMI era responsável pela logística e coordenação dessa relação entre empresários e Forças Armadas. Segundo a própria definição do GPMI acerca de sua criação:

Da conscientização das dificuldades operacionais das Forças Armadas, aliada à adequação do momento político e ao *apoio das organizações militares, sediadas no Estado de São Paulo, e com o aval dos ministérios militares, assim como do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA)*, surgiu o GPMI da FIESP. Esse tinha por incumbência servir de intermediário no relacionamento indústria-forças armadas, no esforço de alertar a Indústria Nacional, compreendida como a totalidade do parque industrial instalado no território nacional, de que o preparo permanente da *Mobilização Industrial* é a única solução para o país estar adequadamente preparado para situações excepcionais⁴⁶

O documento do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra contendo a conferência intitulada “Grupo Permanente de Mobilização das Federações de Indústria”⁴⁷, realizada na ESG pelo engenheiro Quirino Grassi em 30 de julho de 1973 nos ajuda a entender como eram a estrutura e a atuação do GPMI nesses nove anos, desde a sua data de criação em 1964 até a data do documento em questão.

Em tópico dedicado somente ao GPMI da Fiesp, Grassi em sua conferência apresenta todos os membros civis e militares da entidade⁴⁸, as grandes comissões responsáveis por assuntos específicos (Exemplo: Comissão de Material Aeronáutico, Comissão de Armamentos e Munições, entre outras) e a estrutura hierárquica de

⁴⁶ FIESP/CIESP. *GPMI da FIESP: definições e diretrizes*. São Paulo, 1970, apud SILBERFELD, Jean-Claude. *O grupo permanente de mobilização industrial da FIESP: 1944-1967*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984. p. 1.

⁴⁷GRASSI, Quirino. *Grupo Permanente de Mobilização das Federações de Indústria*. Conferência pronunciada na Escola Superior de Guerra pelo engenheiro Quirino Grassi, 30/07/1973. Escola Superior de Guerra. Departamento de Estudos. T 170-73.

⁴⁸ Disponível na página 14 do PDF do documento.

funcionamento do GPMI, na qual o presidente do órgão se reportava direta e somente ao presidente da FIESP.

É interessante destacar como a criação do GPMI da FIESP era mais um processo de estreitamento das relações entre militares e empresários, que teve início nos primeiros contatos ainda no governo JK, resultando no Complexo IPES/IBAD, e como os empresários desde esse início tinham o objetivo de se colocar como classe essencial na formulação dos rumos políticos e econômicos do país, levantando a bandeira da manutenção da democracia, quando na prática, seu objetivo era a defesa de seus interesses econômicos. Grassi em sua conferência, ao citar a fala do então presidente da FIESP, Theobaldo de Nigris, sobre a criação do GPMI, deixa marcado esse posicionamento dos empresários:

Ao criarmos esse importante organismo tivemos presente a ideia de que cabia a todos os brasileiros e principalmente as classes produtoras a responsabilidade de manter as Forças Armadas bem providas, pois disso dependem nossa segurança interna e externa e nossa sobrevivência como homens livres. (1973, pág. 17)

Em relação à função de fato do GPMI, ou seja, a efetiva incumbência dele nessa mediação entre indústrias e Forças Armadas, Grassi aponta em sua conferência que, devido à ausência de uma regulação que definisse as atuações da entidade dentro do projeto de Mobilização Nacional do país, o GPMI realizava um papel de Relações Públicas e assessoramento, “limitando-se a atender solicitações ocasionais das forças singulares” (1973, pág. 18). Além disso, Grassi expõe as vantagens da existência da entidade, enumerando os diversos benefícios que o GPMI já havia trazido tanto para as indústrias, quanto para as Forças Armadas, desde sua criação, como: disponibilização de levantamentos das possibilidades da indústria para as Forças Armadas, reaparelhamento das unidades de São Paulo e visitas de estudos militares no parque industrial do Estado de São Paulo.

Apesar da ausência da legislação sobre as atividades do GPMI, apontada por Grassi como uma limitação do potencial da entidade, o que o GPMI conseguia realizar em termos de suprimento e apoio logístico foi muito apreciado pelas Forças Armadas, como podemos ver no interesse do ministro da Guerra do primeiro governo ditatorial, marechal Artur da Costa e Silva, de criar grupos como o GPMI em outros estados, ligados às suas respectivas federações de indústrias e baseados na experiência do GPMI da Fiesp. Dessa forma, determinou a criação de um grupo formado por civis

pertencentes ao GPMI da Fiesp, junto com oficiais das três forças singulares para realizar visitas aos estados.⁴⁹ Renato Lemos em seu texto *O Complexo Industrial-Militar e o Estado Brasileiro*⁵⁰ pontua que, segundo reportagens do *Jornal do Brasil*, em 1965 havia uma articulação da federação das indústrias do Paraná e do Rio Grande Sul para criarem seus próprios grupos de mobilização industrial. Já em Minas Gerais foi criado o GPMI no dia 22 de novembro de 1965, na Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIMG)

Jean-Claude Silberfeld em sua dissertação de 1984⁵¹ se propôs a analisar as ações do GPMI nos seus quatro primeiros anos de existência como o órgão responsável por realizar a conexão entre a indústria civil e as Forças Armadas. Para compor essa análise, Silberfeld explica o conceito de Mobilização Industrial que foi orientador da criação e das ações do GPMI, e o surgimento e a estrutura da FIESP, por considerar necessário o entendimento do meio no qual o GPMI foi criado. O trabalho de Silberfeld possui grande importância para essa pesquisa, pois levanta a hipótese de que o GPMI não teria sido criado somente como uma entidade que melhorava a relação entre a indústria civil e as Forças Armadas, mas também possuía um objetivo em curto prazo, que seria o de mostrar que o empresariado paulista com todo o seu potencial industrial, estava apoiando o governo que se iniciou após o golpe que derrubou João Goulart. O autor baseia sua hipótese na intensa divulgação pública realizada sobre a criação do GPMI, que seria um assunto sigiloso de Segurança Nacional das Forças Armadas, o que poderia demonstrar que a sua criação foi também “um fator de dissuasão contra qualquer tentativa armada passível de ser desencadeada pelos partidários do governo deposto” (1984, p. 81)

No capítulo intitulado *Evolução histórica da FIESP*⁵² o autor aponta que a primeira entidade patronal que reunia as atividades industriais com o objetivo de defender seus interesses foi o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, o CIESP, criado em 28 de março de 1928, que foi a precursora da FIESP. O CIESP surgiu em um contexto em que se viu necessária a criação de um órgão que defendesse os interesses

⁴⁹ Ibidem.

⁵⁰ LEMOS, Renato. *O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)*, IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016)

⁵¹ SILBERFELD, Jean-Claude E. *O grupo permanente de mobilização industrial da FIESP: 1944-1967*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984.

⁵² Vera, CALICCHIO. Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

industriais visando o fortalecimento do parque industrial paulista, que até então não possuía essa representação. A partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, iniciou-se um maior controle nas organizações e atuações dos sindicatos patronais e operários e um período de maior intervenção do Estado nas atividades produtivas. Dessa forma, o Estado passou a ser um aliado das indústrias nacionais no objetivo de incentivo do parque industrial nacional, e foram promulgados normas e decretos que vinculavam as organizações patronais e operárias ao Estado.

Dentro desse contexto, devido a um decreto de 1931 que regularizava a sindicalização das classes patronais e considerava os sindicatos como órgãos consultivos do governo, que deveriam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, o CIESP sofreu uma reformulação estatutária que deu origem à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). A partir de então, a FIESP pôde “congregar oficialmente todas as indústrias e associações industriais existentes e a existir sob a forma sindical no Estado de São Paulo” (Silberfeld, 1984, p. 58) A FIESP representou desde a sua criação a mais importante entidade patronal do país.

Dessa forma, o Grupo Permanente de Mobilização Industrial foi criado em 30 de abril de 1964 dentro dessa entidade industrial, articulando civis e militares. O objetivo do grupo era o estudo e o planejamento de uma padronização dos armamentos (que até então eram muito heterogêneos, dificultando a manutenção) e materiais disponíveis nas Forças Armadas, que seria realizado pelo parque industrial nacional, o que incentivaria a produção brasileira de armamentos e materiais. Dessa forma, o GPMI visava também tornar esse setor industrial nacional preparado, em termos de material bélico, para a eventualidade de uma guerra, “através do desenvolvimento conjunto de estudos e pesquisas necessárias ao aperfeiçoamento e criação de equipamento militar” (Silberfeld, 1984, p. 72) O interesse na criação dessa entidade civil não ocorreu somente devido a heterogeneidade do equipamento militar que dificultava sua manutenção e despendia mais dinheiro, mas também por causa da dificuldade da aquisição de armamentos do seu principal fornecedor desde a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos, que estavam com as atenções voltadas para a Guerra do Vietnã. Esses dois fatores impulsionaram a criação do GPMI, pois era necessário um maior diálogo entre a indústria civil nacional e as Forças Armadas para que o parque industrial nacional se fortalecesse, o que beneficiaria ambos os grupos. Nas palavras de Silberfeld que sintetizam perfeitamente o que foi o GPMI:

(...) o GPMI colocou-se como o instrumento ideal de contato, entre as Forças Armadas e a indústria paulista, para a busca do relacionamento adequado à consecução das necessidades militares e em obediência às disponibilidades e possibilidades de produção nacional. Para tanto, a própria entidade procurou compor sua primeira diretoria com elementos civis e militares capazes de facilitar esse relacionamento que visava, primordialmente, o reequipamento das Forças Armadas com equipamento homogêneo e de origem nacional. (1984, p. 76)

No final do capítulo quatro intitulado GPMI: origens e objetivos, Silberfeld pontua que apesar da criação do GPMI como um órgão mediador da relação entre a indústria civil e as Forças Armadas, beneficiando uma eventual necessidade de Mobilização Industrial, existiam alguns entraves para o seu pleno funcionamento, sendo o primeiro deles a falta de organização por parte das indústrias. Para que as Forças Armadas soubessem o que as indústrias produziam e/ou tinham potencial de produzir, era necessária a atualização de um cadastro que teoricamente já existia, devido à legislação sindical em vigor, que vinculava cada indústria ao seu sindicato patronal, o de seu setor de produção. Dessa forma, esses sindicatos estavam reunidos em Federações Estaduais das Indústrias, que por sua vez estavam congregadas na Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Segundo Silberfeld, se as Forças Armadas pedissem informações à CNI, teoricamente, esta deveria ser apta a identificar as indústrias e as suas produções, porém, na prática as entidades sindicais não acompanharam o acelerado desenvolvimento das suas indústrias e não atualizavam os cadastros. Silberfeld acrescenta que as indústrias receosas de terem informações sigilosas utilizadas de forma que as prejudicasse também não tinham interesse em prestar informações corretas sobre a sua produção. Essa postura teria dificultado muito o trabalho do GPMI e segundo Silberfeld até o momento da escrita de sua dissertação, 1984, ainda não havia um aparato legal para a execução de uma Mobilização Industrial. Além desse primeiro entrave, Silberfeld pontua também que o planejamento de uma mobilização industrial é um exercício contínuo em longo prazo, o que não condiz com o comportamento da indústria nacional, acostumada a lidar com planejamentos em prazos pequenos de acordo com os momentos da economia. Dessa forma, investimentos em pesquisa e inovação tecnológicas não foram muito privilegiados.

CAPÍTULO III

A FORMAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR BRASILEIRO

3.1 A COPAMEFA: Comissão Permanente de Armamentos, Munição e Explosivos das Forças Armadas

Durante a pesquisa de documentos do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), depositados no Arquivo Nacional e disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), localizei uma compilação de documentos intitulada *COPAMEFA: Comissão Permanente de armamentos, munição e explosivos das Forças Armadas*⁵³, composta de 27 documentos datados de 1960 até 1966, produzidos pelos chefes de Estado-Maior das forças singulares e pelo EMFA, que tratam sobre a necessidade de uma política de padronização de armamentos das Forças Armadas, devido à possibilidade de se tornar necessária uma mobilização industrial nacional nesse período. Por tratar de diversas questões referentes a essa pesquisa, como o papel da indústria civil de armamentos na mobilização nacional e as ações necessárias para a concretização dessa mobilização, o documento será explicado cronologicamente e analisado nesse capítulo.

O primeiro documento presente na compilação é datado de 1961 - porém segundo citado nele próprio, o debate sobre a questão já vinha sendo realizado anos antes, sem menção à data, quando o General Emílio Rodrigues Ribas Júnior, chefe do Estado-Maior do Exército (EME) encaminha um ofício (Nº 439-s/4-1S/s) ao Ministro da Guerra, General João de Segadas Vianna, tratando sobre a criação de diretrizes para fabricação de material bélico, armas e munições para o Exército.

Nesse ofício, o general informa que desde o final dos anos 1960 o Estado-Maior do Exército vinha realizando diversos estudos e elaborando pareceres a respeito de armamentos leves, pesados, atômicos e convencionais tanto para sua aquisição quanto

⁵³ Comissão Permanente de armamentos, munições e explosivos das Forças Armadas. Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. br_dfanbsb_2m_0_0_0059_0006_d0001de0001. Todos os documentos citados nesse capítulo estão disponíveis nesse arquivo.

para o estudo de uma possível fabricação no país. Além disso, a questão bélica também estava sendo debatida há algum tempo com o Departamento de Produção e Obras⁵⁴ e o Departamento de Provisão Geral⁵⁵, com o objetivo de se criar uma política de armamento e munições, condizente com os interesses do Exército. O chefe do Estado-Maior do Exército nesse ofício encaminhava esses estudos e pareceres ao Ministro da Guerra, e sugeria a criação de diretrizes sobre a questão de armamentos. Em anexo, enviava o documento intitulado Diretrizes para fabricação de armas e munições, de 1960, apresentando a finalidade e os objetivos dessas diretrizes, e também estudos sobre os armamentos e munições que o Exército possuía no momento.

No documento, encontramos a preocupação com a “mobilização” desde o seu início, ao ser apresentada a finalidade da criação de diretrizes para a questão de armamentos, como podemos ver no trecho a seguir:

Finalidade: Orientar e coordenar *os interesses da instrução e da mobilização*, no setor armamentista, com as verdadeiras possibilidades de fabricação de armas e munições no país, regulando, outrossim, as atividades de provisão e manutenção do material bélico para aqueles mesmos fins. (Pág. 10⁵⁶, 1960).

Nos objetivos, encontramos a preocupação com os dois tipos principais de guerra: a nuclear e a convencional ou clássica. A nuclear é considerada menos importante para a segurança nacional, pois a participação do Brasil em um possível conflito desse porte não poderia ser cogitada, devido à ausência desse tipo de armamento no Exército brasileiro, deixando-se claro que o país seguiria a “tradicional política diplomática brasileira” (Pág 10, 1960) alinhada aos Estados Unidos, em tempos de Guerra Fria.

A guerra convencional ou clássica, se comparada a uma guerra nuclear, e devido “as missões de que é incumbido pelos princípios institucionais e constitucionais, adotados pela Nação e pelo povo brasileiro” (Pág.10) era de maior preocupação para o

⁵⁴ O Departamento de Produção e Obras foi criado em 1956, pelo então presidente Juscelino Kubistchek para substituir o Departamento Técnico e de Produção do Exército. Era um órgão do Exército Brasileiro responsável por planejar, orientar e coordenar a realização de obras de engenharia essenciais à operacionalidade das Forças Armadas. Atualmente se chama Departamento de Engenharia e Construção. https://pt.wikipedia.org/wiki/Departamento_de_Engenharia_e_Constru%C3%A7%C3%A3o Último acesso: 17/07/2018

⁵⁵ O Departamento de Provisão Geral também era um órgão do Exército, criado, igualmente, por JK em 1956 para substituir o extinto Departamento Geral de Administração. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-39900-4-setembro-1956-333593-publicacaooriginal-1-pe.html> Último acesso: 17/07/2018

⁵⁶ Todas as páginas se referem à numeração do PDF, já que não há uma numeração organizada da documentação.

Exército, logo seria preciso aperfeiçoar o armamento para que se tornasse o mais eficaz possível em um cenário de necessidade de uso. Nesse momento, a maioria do armamento leve e pesado utilizado no Exército eram de origem européia, enquanto outra parte era oriunda dos Estados Unidos (que eram os armamentos mais modernos), devido ao Acordo Militar Brasil-EUA assinado em 1952 entre os presidentes Getúlio Vargas e Harry Truman. O acordo definia, basicamente, que os Estados Unidos forneceriam material bélico norte-americano para o Exército Brasileiro em troca de minerais estratégicos localizados no Brasil.⁵⁷ Em menor quantidade, alguns armamentos eram fabricados na indústria nacional, civil e militar.

O grande problema era então, que afora este material descrito anteriormente, todo o resto além de obsoleto era variado em calibres e em modelos, dificultando a manutenção e promovendo um desperdício de verba para a fabricação das respectivas munições. Dessa forma, o principal objetivo do Exército com esse estudo sobre o seu setor armamentista era realizar uma padronização dos armamentos e munições, promovendo uma modernização para atender à segurança interna⁵⁸ e, se necessário e possível, à segurança externa. Porém, é assinalado também que enquanto esse processo de padronização de armas e munições não fosse concluído, era preciso um esforço para que a utilização dos armamentos existentes fosse eficiente e racional.

Após essa descrição da finalidade e dos objetivos da padronização dos armamentos do Exército, segue uma lista no documento sobre os armamentos disponíveis e utilizados no momento, e qual postura deveria ser adotada em relação cada item. Por exemplo, sobre pistolas e revólveres de armamento individual, seria adotado somente o calibre 45 e todas as armas de calibre diferente deveriam ser recolhidas para a alienação, o que aconteceria também com as de calibre 45 quando fossem substituídas por novas. Seguem, então, dezoito páginas de descrição sobre o armamento utilizado, a definição das munições que seriam padronizadas, entre outras especificações.⁵⁹

Nas considerações finais, encontramos a ênfase, por parte do Estado-Maior do Exército, de que suas considerações e sugestões para a padronização de armamentos não

⁵⁷ Cf. Maria Celina D'Araujo. Acordo Militar Brasil-EUA. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Para mais informações sobre o Acordo Militar Brasil-EUA, consultar: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-militar-brasil-estados-unidos-1952> Último acesso: 17/07/2018

⁵⁸ Não há nenhuma explicação no documento sobre essa modernização para atender à segurança interna.

⁵⁹ Disponíveis nas páginas 12-30 do PDF.

havam sido elaboradas de forma afobada e que eram resultados de anos de estudo sobre a questão, não nos fornecendo, contudo, a informação de quando teria começado esse estudo. Além disso, é afirmado que esse estudo foi atentamente elaborado e executado pelos três altos órgãos responsáveis pelo setor armamentista: o Estado-Maior do Exército, o Departamento de Produções e Obras e o Departamento de Provisão Geral, sendo desses a responsabilidade de tornar realidade o projeto, que deveria se tornar uma política e durar, como convinha aos altos interesses do Exército. Em 1961, o Ministro da Guerra João Segadas Vianna resolveu acatar a sugestão do Estado-Maior do Exército e aprovar as Diretrizes para a fabricação de armas e munições (Pág. 9)

Após essa exposição do estudo realizado pelo Exército sobre a padronização de armamentos, encontramos nessa compilação de documentos um ofício de 10 de novembro de 1961, enviado pelo Chefe de Gabinete do Ministério da Guerra, general Ênio da Cunha Garcia, incumbido pelo Ministro da Guerra, ao chefe do EMFA, sugerindo que o assunto fosse debatido também pela outras Forças.

Nesse ofício, o Chefe de Gabinete trata sobre a importância do assunto da padronização do armamento e de como esse processo seria trabalhoso, porém necessário, sendo a questão do armamento individual a mais urgente, pois estaria ocorrendo em países como Estados Unidos e Rússia a adoção de um determinado calibre, tendo o Brasil que se integrar a esse movimento. São citadas ofertas de firmas produtoras dos armamentos em questão, com facilitação de pagamento e o interesse em participar da fabricação de armas no Brasil, porém não são citados nomes de quais seriam essas firmas.

Para corroborar sua preocupação, o Chefe de Gabinete menciona que a Marinha do Brasil vinha mantendo contatos com a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), e havia encomendado cinco mil carabinas do calibre em questão, mostrando que estava ciente dos acontecimentos, e interessada na questão da padronização. Após a exposição desses dados, finalmente é sugerido no documento que as três forças estudassem de imediato o assunto, com o objetivo de padronização do armamento individual, escolhendo ou não o calibre em questão.

Apenas doze dias após o envio desse ofício para o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o general do exército Oswaldo de Araújo Motta⁶⁰, no mesmo dia 22/11/1961 encaminha um memorando secreto ao General sub-Chefe do EMFA, Hugo Panasco Alvim, comunicando-lhe a instituição de um grupo de trabalho acerca da padronização dos armamentos leve, médio e pesado de uso comum nas Forças Armadas, em torno das seguintes questões:

- melhores características militares de emprego;
- adoção pelas Forças Armadas dos EUA;
- possibilidade de fabricação no país;
- menores custos de aquisição e fabricação. (Pág. 40)

Além disso, o general determina no documento que o grupo de trabalho seria dirigido pelo subchefe Hugo Alvim, e composto pelos seguintes oficiais: Tenente Coronel Aviador Archimedes Joaquim Delgado, capitão de fragata Walter Lopes Manso da Costa Reis, Tenente Coronel Gabriel D'Annunzio Agostini (Relator), Tenente Coronel Oswaldo Ignácio Domingues e Major Lincoln Eduardo de Souza Bittencourt (Pág. 40)

No final do documento, o general determina que a entrega do relatório elaborado pelo grupo seja até o dia 31 de março de 1962, apenas quatro meses depois. Em um memorando seguinte, de 27 de novembro de 1961, trocado por membros do grupo de trabalho, foi combinado que a primeira reunião seria 28 de novembro, quando seria lida a documentação inicial, estabelecido um roteiro de trabalho, entre outras coisas referentes aos primeiros trabalhos do grupo.

Os dois próximos ofícios são de quatro de dezembro de 1961, do chefe do EMFA ao chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) e ao chefe do Estado-Maior da Armada (EMA), solicitando a designação de oficial técnico das duas forças para a composição do grupo de trabalho sobre a padronização de armamentos. Segundo o general Oswaldo Motta, devido aos aspectos técnicos que o estudo da questão envolvia,

⁶⁰(...) em dezembro de 1956 chegou à patente de general-de-divisão, sendo nessa mesma data designado pelo presidente Juscelino Kubitschek ao comando do IV Exército, com sede em Recife. Exerceu a função até fevereiro de 1957. Elevado ao posto de general-de-exército em julho de 1961, assumiu em outubro seguinte, por nomeação do presidente João Goulart, a chefia do EMFA. Em dezembro de 1963 transferiu o cargo ao general Peri Constant Bevilacqua(sic) e, em junho de 1969, foi reformado na patente de marechal." Cf. *Alzira Alves de ABREU et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>>*

era necessária a participação de engenheiros de armamentos de cada força. Ainda em um momento de organização da composição e do funcionamento do grupo de trabalho, o ofício seguinte datado de seis de dezembro de 1961, é também do chefe do EMFA, ao general Orlando Gomes Ramagem⁶¹, sobre os tratados de defesa militar e assistência mútua aos qual o Brasil estava submetido e os resultados das pesquisas no campo armamentista, solicitando uma “síntese das informações sobre os principais tipos de armamento preconizados atualmente pelas principais potências mundiais, bem como, se possível, as tendências que se registram nesse setor.” (Pág. 48)

Após a troca desses ofícios e memorandos de decisões sobre a composição e materiais necessários para a realização do grupo de trabalho, foi enviado para o Chefe do EMFA, em 10 de junho de 1962, o primeiro relatório produzido pelo grupo, como havia sido solicitado meses antes. O relatório, composto de dezesseis páginas, contém a exposição do problema e os motivos da necessidade desse processo de padronização, os armamentos que as Forças Armadas possuíam no momento, e como aconteceria o processo de padronização dos armamentos.

No segundo item do relatório intitulado Interpretação do problema, o grupo de trabalho conclui que o problema em questão era dos mais importantes para as Forças Armadas naquele momento e que merecia grande atenção dos responsáveis. Porém, foi colocado também que para a sua solução não poderiam ser consideradas apenas questões militares, mas também aspectos financeiros, industrial e tecnológico, igualmente determinantes do problema.

Segundo o grupo de trabalho, tratar a questão sob a perspectiva de um conjunto de fatores seria a única forma de se atingir o objetivo, que era a criação de uma verdadeira política de consecução no setor de armamentos, que orientaria todo o processo de obtenção de armas e munições para as três forças e estabeleceria para o futuro uma política de Estado, e não apenas de governo, como podemos ver na passagem a seguir:

Realística e objetiva, essa solução terá que envolver problemas do presente e projetar-se no futuro, consubstanciando, no seu todo, uma verdadeira Política

⁶¹ Não há maiores explicações no documento explicitando o motivo desse ofício ter sido enviado ao general Orlando Gomes Ramagem. Somente dá a entender que o general é o responsável por uma Junta que teria as informações sobre os armamentos solicitadas pelo chefe do EMFA, sem maiores especificações sobre qual seria essa Junta e sua função.

de Consecução no setor de armamento, de onde possam ser pinçadas as Diretrizes que orientarão os planejamentos de cada uma das Forças Singulares para obtenção do seu armamento. Somente assim, estudado o problema no seu conjunto, fixados de maneira coordenada os objetivos a atingir em cada uma Força Armada, é que poderemos assegurar a acumulação metódica e continuada dessa parte do Poder Militar, sem dispersão de esforços e pelo meio mais econômico possível. (Pág. 57)

De acordo com o relatório, a inexistência de uma política como essa que coordenasse o processo de obtenção de armamentos, somada às questões financeiras, foi o que sempre teria levado as Forças Armadas a buscar armamento fora do país, através de compras ou acordos militares, ou a produzir dentro de seus próprios estabelecimentos fabris. Esse processo resultou na enorme heterogeneidade de armamentos que eram encontrados no momento nas Forças Armadas, o que gerava dificuldades de manutenção e os grandes gastos.

De acordo com o grupo de trabalho, tal quadro teria resultado no desinteresse do parque industrial civil nacional pelo setor de armamentos, o que teria privado as Forças Armadas de conhecimentos técnicos e de pesquisas, que teriam sido realizados caso houvesse interesse no assunto. Os esforços realizados dentro dos estabelecimentos fabris militares, por questões de disponibilidade de recursos e da sistemática adotada de programas de fabricação anuais, não alcançavam nem o mínimo necessário para uma produção de armamentos satisfatória.

A menção ao desinteresse da indústria civil em produzir armamentos é de grande importância para essa pesquisa, pois nos leva a pensar qual teria sido o momento em que esse parque industrial civil teria começado a se interessar pela questão, e como se deu essa relação. Segundo esse trecho do documento, poderíamos supor que foi a partir desse entendimento das Forças Armadas de que era preciso um processo de padronização de armamentos, que teriam se iniciado os primeiros contatos de uma relação que se consolidaria mais ainda com o golpe de 1964. Todavia, ainda não podemos concluir, pois não sabemos da reação do setor industrial.

Dessa forma, o grupo de trabalho colocou como seu objetivo definir as ideias básicas que deveriam nortear essa política de armamentos, para que fossem corrigidas as falhas que apresentavam, trazendo benefícios para as Forças Armadas e para a nação. Para alcançar esse objetivo, seria preciso estabelecer normas em relação ao armamento já existente, regulando sua distribuição e garantindo seu uso apropriado; em relação ao futuro, normas que orientassem a obtenção de novos armamentos, fossem nacionais ou

importados, e que estimulassem o desenvolvimento tecnológico do parque industrial brasileiro no setor armamentista.

No relatório, o armamento existente no momento em questão nas Forças Armadas foi considerado quase todo obsoleto, e a sua heterogeneidade demandava uma substituição quase completa, porém que não seria efetivada em um curto prazo, devido à condição financeira na qual se encontrava o país⁶² e a evolução que ocorria no setor armamentista. Logo, seria preciso que ocorresse um processo de substituição dos armamentos que fosse sistemático e planejado, que atendesse aos interesses das Forças Armadas: “Cumpre, pois, dentro da realidade existente e das necessidades futuras executar a substituição de maneira ordenada, procurando com o mínimo de despesas obter o máximo de eficiência de nossas Forças Armadas.” (Pág. 60) Como podemos observar, somente em um item de discussão dos diversos presentes no relatório, foram mencionadas varias vezes a questão financeira das Forças Armadas. Apesar de não ter sido usada a palavra “crise”, a grande preocupação com o gasto de efetivos nos leva a acreditar que a crise financeira que atingia o país nesses anos afetava também as Forças Armadas, o que a impedia de investir em retornos rápidos para o processo de padronização de armamentos.

No tópico A obtenção de armamentos, o grupo de trabalho pontuou que, igualmente a todas as etapas do processo de padronização, essa obtenção deveria ser uma ação coordenada entre as três forças, e que o método de aquisição de armas em outros países vinha causando danos ao poder militar brasileiro, pois gerava o desinteresse do parque industrial civil no setor de armamentos, o que teria privado as Forças Armadas de acumular conhecimento técnico para pesquisa. Dessa forma, o grupo de trabalho concluiu que só havia uma saída para a solução permanente da questão do armamento, que seria a fabricação no parque industrial civil e militar brasileiro, que apesar de ser uma solução muito dispendiosa, traria grandes benefícios no futuro. Para que os custos fossem diminuídos, o grupo de trabalho sugeriu um “integral aproveitamento dos estabelecimentos fabris militares em benefícios de todas as Forças Armadas” (Pág. 64), e que fossem adquiridos armamentos no exterior, durante o período de transição. Porém, o objetivo final seria entregar à indústria civil toda a

⁶² A crise econômica amplamente explicada no primeiro capítulo deste trabalho.

responsabilidade pelos armamentos e munições das Forças Armadas, como podemos ver nessa passagem:

O objetivo final deverá, porém, ser a entrega à Indústria civil da construção de todo nosso armamento e munição, ficando os estabelecimentos fabris militares entregues à pesquisa e construção de protótipos e, mesmo, a linhas de montagem. (Pág. 64)

Além disso, o grupo de trabalho adiciona que para que a indústria civil se interessasse em intervir no setor armamentista, seria preciso que os lucros fossem gratificantes e que a demanda fosse contínua, já que o parque industrial brasileiro passava por um período de desenvolvimento. O fato de o Brasil ser, no momento em questão, o líder na América Latina em relação ao seu parque industrial, foi apresentado pelo grupo de trabalho como favorável para manter a demanda, em um processo de expansão de armamentos para um mercado continental. É importante contextualizar esse processo de desenvolvimento que o parque industrial brasileira vinha passando no período.

Dessa forma, podemos observar um real interesse por parte das Forças Armadas em consolidar uma relação com a industrial civil. Considerando que o GPMI foi a concretização dessa relação, podemos acreditar que nesse relatório foi feito os primeiros esboços sobre uma associação indústria civil e militares.

No item seguinte intitulado O desenvolvimento tecnológico, é reforçado que toda a forma de obtenção de armamentos utilizada até então havia prejudicado o desenvolvimento tecnológico do setor de armamentos, e era preciso então recuperar esse atraso. Para isso, a medida que deveria ser adotada no imediato era o envio de oficiais especializados para o exterior, ou mesmo a contratação de estrangeiros, em busca de conhecimento tecnológico necessário para a fabricação de armamentos em solo nacional.

No final do tópico Conclusões e sugestões, o grupo de trabalho sugere que o processo de padronização das Forças Armadas obedeça às seguintes diretrizes:

(A) Estreita coordenação entre as FF.AA. na distribuição do armamento existente em áreas prefixadas a fim de reduzir a heterogeneidade hoje existente, propiciando, se necessário, o apoio logístico em armas e munições de uma Força Singular em benefício das outras.

B) Planejamento da substituição do armamento comum às três Forças Armadas, fixando-se:

- qual o armamento considerado comum;

- tipos a serem adotados;
- prioridades na substituição.

C) Planejamento da obtenção de novos armamentos procurando:

- aproveitar, de início, ao máximo a capacidade dos estabelecimentos fabris militares em benefício comum;
- estimular o interesse da indústria civil no setor armamentista, mesmo que seja necessário de início, a subvenção governamental;
- garantir a continuidade da demanda na indústria civil por encomendas a longo prazo, facilitando mesmo sua participação no comércio internacional;
- somente permitir a aquisição no estrangeiro de novos armamentos que se enquadrem perfeitamente nos padrões estabelecidos e que não possam ser produzidos, em curto prazo, no parque nacional;
- propiciar a vinda de organizações fabris estrangeiras especializadas na produção de armamento, desde que se enquadrem nos padrões já estabelecidos.

D) Planejamento do desenvolvimento da pesquisa, propiciando:

- bolsas de estudos no estrangeiro a civis e militares;
- verbas destinadas por lei para esse fim, correspondentes a uma percentagem do orçamento dos Ministérios Militares;
- recursos e prêmios a toda iniciativa no sentido da pesquisa nesse setor.

Nas conclusões finais, o grupo de trabalho sugere ao chefe do EMFA a criação de uma Comissão Permanente de Armamentos a ser integrada por membros das três forças singulares, com o objetivo de alcançar a padronização de armamentos desejada. Além disso, o grupo de trabalho enfatiza que a comissão deveria seguir as diretrizes propostas por esse relatório do grupo, e de que as três forças deveriam trabalhar em concordância durante todo o processo. O relatório é assinado pelo general de brigada, Hugo Alvim; o capitão de fragata, Walter Lopes Reis; o tenente-coronel Archimedes Delgado; os tenentes-coronéis, Gabriel Agostini e Oswaldo Domingues e o major Lincoln Bittencourt.

O próximo documento importante encontrado nessa compilação de arquivos é um estudo assinado pelo coronel Reynaldo Mello de Almeida⁶³, adjunto da 4ª seção do EMFA, contendo uma apreciação sobre o relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho presidido pelo EMFA e sugestões sobre quais escolhas fazer para que a questão da padronização continuasse e obtivesse êxito. Apesar do documento não ter data,

⁶³ (...) No decorrer de 1962, Reynaldo Mello chefiou a 4ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e foi Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, General João Segadas Viana. Em 1963, ocupou o cargo de chefe do Estado-Maior da Divisão Blindada e o de Comandante do 5º Regimento de Obuses 105, até início de 1964. Em março desse último ano servia na 5ª RM, sediada em Curitiba, quando eclodiu o movimento político-militar que afastou o Presidente João Goulart do poder. Durante as articulações do movimento Reynaldo de Mello serviu como elemento de ligação entre o General Orlando Geisel e os militares paranaenses.” Disponível em: <<https://dspace.stm.jus.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/50840/259biog%20Reinaldo%20Almeida%207%2C30.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Último acesso em 17/07/2018

podemos admitir que foi um estudo realizado logo após a apresentação do relatório do Grupo do Trabalho. Dessa forma, nesse documento encontramos novamente um debate sobre a importância da padronização de armamentos através de uma análise das próprias sugestões elaboradas pelo grupo de trabalho para a questão.

Nas conclusões, encontramos o parecer de que o chefe do EMFA ao propor esse Grupo de Trabalho elevava a questão a uma necessidade de se fixar uma “política de consecução armamentista, a ser traduzida numa diretriz governamental” (Pág. 83) Assim, a 4ª seção do EMFA considerou ser necessária a criação de uma Comissão Permanente de Armamento, Munição e Explosivos, devido a todos os motivos expostos no relatório do GT do EMFA. Essa Comissão teria como uma das suas atribuições: “sugerir medidas tendentes a padronizar os materiais de emprego nas Forças Armadas, e, assim, é um órgão de caráter permanente, interessado na questão de padronização de armamento.” (Pág. 84)

Após indicada a necessidade de criação dessa Comissão, a 4ª seção do EMFA propõe uma linha de ação para a continuidade do estudo iniciado pelo GT, que sugere que o grupo seja mantido para definir a finalidade e as atribuições da Comissão Permanente de Armamento, Munições e Explosivos. Além disso, o GT seria responsável por criar normas e métodos para as atividades da Comissão. No último tópico do documento, é informado que a providência a ser tomada no momento seria o envio do relatório do grupo de trabalho a todos os ministérios militares solicitando parecer sobre a criação da Comissão Permanente de Armamentos e de ofício ao Sub-Chefe do EMFA responsável pela criação do grupo, avisando-o da continuidade e das próximas tarefas do seu grupo.

Em seguida, são encontrados ofícios, de três de julho de 1962 contendo a solicitação de parecer das respectivas autoridades interessadas na padronização de armamentos, enviado pelo chefe do EMFA, Oswaldo Araújo Motta, aos ministros das três pastas militares. Em 28 de novembro de 1962, o almirante de esquadra e Chefe do Estado-Maior da Armada, José Luiz da Silva Junior respondeu ao EMFA que a Marinha estava de acordo com a criação da Comissão Permanente de Armamentos (Pág. 94). Já o Ministério da Aeronáutica emitiu seu parecer, igualmente favorável, em 24 de janeiro de 1963, sugerindo uma modificação na composição dos membros da Comissão, pois o Diretor Geral do Material da Aeronáutica, selecionado, não poderia arcar com as

responsabilidades da Comissão, devido “a amplitude da sua atual esfera de ação” (Pág. 104), sendo necessária a indicação de outro general em seu lugar. Não há, porém, explicação sobre o qual seria essa esfera de ação.

Contudo, para o Exército elaborar sua resposta foram consultados vários outros órgãos do Ministério da Guerra também interessados na questão da padronização de armamentos, como o Departamento de Produção e Obras, Departamento de Provisão Geral e Diretoria Geral do Material Bélico⁶⁴, pedindo os seus respectivos pareceres, o que gerou bastante documentação, que encontramos nessa compilação de arquivos. Enquanto não havia uma resposta do Exército, o chefe do EMFA, em ofício de 18 de dezembro de 1962 (Pág. 96), determinou a continuação das atividades do Grupo de Trabalho,. Em outro ofício, de 19 de dezembro de 1962, o chefe do EMFA cita pela primeira vez a abreviação COPAMEFA (pág. 99), em referência a Comissão Permanente de Armamento que estava para ser criada. Além disso, o chefe do EMFA encaminhou em anexo dois ofícios confidenciais, um tratando da proposta de fornecimento da firma Imhauka Brasileira Industrial e Comercial S.A ao Ministério da Aeronáutica, de fuzis automáticos e semi-automáticas e o outro não disponível na compilação de documentos.

Sobre essa firma Imhauka Brasileira Industrial e Comercial há poucas fontes que podemos considerar confiáveis disponíveis na internet. O que foi encontrado aponta que ela seria de um alemão nazista chamado Friedrich Kadgien, advogado e responsável por um setor financeiro do Partido Nacional-Socialista alemão, muito próximo do líder nazista Hermann Göring. Segundo essas fontes, Friedrich, depois de anos escondido na Suíça, teria fugido para a América do Sul, com rápida passagem pelo Brasil para depois se estabelecer na Argentina. Na Suíça, teria criado a Imhauka, juntamente com Ernst Imfeld e Ludwig Haupt (Imhauka seria a junção do início dos sobrenomes dos três fundadores), com débitos no Brasil e na Argentina, pois há menções também a uma Imhauka Argentina. No Brasil, a Imhauka teve sede na Avenida Rio Branco, Rio de

⁶⁴ “A Diretoria Geral de Material Bélico foi criada no início da década de 50, mais precisamente em 1952, e tinha como sede o Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Em 30 de outubro de 1970, passou a denominar-se Departamento de Material Bélico conforme publicou o Decreto N° 67.459. Em 1973, o DMB foi transferido para Brasília/DF e era composto pelas seguintes Diretorias: Diretoria de Armamento e Munições, Diretoria de Motomecanização, Diretoria de Engenharia, e Diretoria de Fabricação e Recuperação.” Disponível em: <<http://www.colog.eb.mil.br/index.php/historico>> Último acesso: 17/07/2018

Janeiro⁶⁵. Seu ultimo país teria sido a Argentina, onde foi mediadora das relações entre a empresa alemã Siemens e o governo argentino. Além disso, em nome da empresa Rheinmetall teria vendido armas para o Brasil. Morreu em 1978 em Buenos Aires.⁶⁶

Os documentos seguintes, já de 1963 são dos respectivos órgãos do Ministério da Guerra que foram consultados pelo Exército para darem um parecer sobre a criação da Comissão Permanente de Armamentos. O primeiro da Diretoria de Armamento e Munição, assinado pelo coronel José Carlos de Freitas, de 14 de fevereiro de 1963, afirma que a criação da comissão é de grande importância e que a participação da indústria civil nesse processo de padronização de armamentos seria um dos seus pontos altos. (Pág. 123)

Em 28 de fevereiro de 1963, o general Décio Palmeiro de Escobar⁶⁷, da Diretoria Geral de Material Bélico, também emite parecer favorável à Comissão, justificando que seria de grande conveniência para as Forças Armadas. Além disso, após estudar o relatório realizado pelo Grupo de Trabalho sobre a padronização, o general sugere que esse processo seja estendido às Polícias Militares, já que são forças de apoio à atuação das Forças Armadas “na eventualidade da concretização da 1ª Hipótese de Guerra, qual seja, Guerra Revolucionaria ou Insurrecional.” (Pág. 125)

É importante contextualizarmos o termo Guerra Revolucionária mencionada nesse documento. Em artigo chamado A influência doutrinária francesa sobre os

⁶⁵ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2600053/pg-102-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-02-04-1956> Último acesso: 08/09/2018

⁶⁶ Todas essas informações foram retiradas de páginas em alemão, sendo preciso a tradução para compreensão, o que pode ter causado mal-entendidos. Disponível em: https://de.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Kadgien e <https://web.archive.org/web/20150505003526/http://www1.wdr.de/themen/politik/investigativ/story-interview-ingolf-gritschneder-100.html> Último acesso: 08/09/2018

⁶⁷ “O general Décio Escobar assume a chefia do Departamento de Provisão Geral do Exército em dezembro de 1963 em substituição ao general João de Segadas Viana. Promovido a general-de-exército no início de 1964, participou do movimento político-militar que depôs Goulart. Em 1º de abril, quando a situação já estava virtualmente sob o controle dos rebeldes, foi signatário de um manifesto — também assinado pelos generais Humberto Castelo Branco e Artur da Costa e Silva — divulgado por emissoras de rádio de Minas Gerais e São Paulo, que concitava todos os militares a apoiarem as forças contrárias a Goulart. Deixou o Departamento de Provisão Geral em junho de 1964, passando o cargo para o general Valdemar Levi Cardoso. Nesse mesmo mês assumiu a chefia do EME em substituição a Emílio Maurell Filho. No exercício dessa função foi interinamente titular do Ministério da Guerra em janeiro de 1966, em virtude da viagem do marechal Artur da Costa e Silva ao exterior. Em dezembro daquele ano foi substituído na chefia do EME pelo general Orlando Geisel. Passando para a reserva — ocasião em que foi promovido a marechal —, dedicou-se à iniciativa privada, integrando no início da década de 1970 à diretoria do grupo Ultra, de São Paulo.” Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/decio-palmeiro-de-escobar>In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010

militares brasileiros nos anos de 1960⁶⁸, João Roberto Martins Filho traz a análise desse conceito que veio da experiência francesa de guerras coloniais. Martins Filho aponta que, diferentemente de uma literatura que coloca os Estados Unidos como a grande influência nas Forças Armadas brasileiras, o conceito de Guerra Revolucionária francesa foi fortemente utilizado pelos militares no golpe militar de 1964. Segundo o autor, isso ocorreu, pois, os militares brasileiros nos anos 60 estavam sem saber como proceder em uma década de mudanças, como a Revolução Cubana, e o conceito francês de uma guerra pequena, insurrecional, dentro do próprio país pareceu muito mais adequado para o contexto brasileiro de crise econômica e política do que uma doutrina de guerra nuclear ou guerra convencional.

Após o parecer favorável do general Décio Palmeiro de Escobar, da Diretoria Geral de Material Bélico, o general do Exército João de Segadas Vianna, chefe do Departamento de Provisão Geral, em sete de março de 1963 também dá o aval para a criação da Comissão e faz a mesma sugestão que a Diretoria de Material Bélico, de expandir os estudos para as Polícias Militares devido a eventualidade de uma guerra revolucionária.

O general Arthur da Costa e Silva, chefe do Departamento de Obras desde agosto de 1963 - transferido da chefia do Departamento Geral de Pessoal do Exército⁶⁹ onde, em contato com antigos companheiros como Olímpio Mourão Filho e Humberto Castelo Branco, entre outros, já articulava a deposição do presidente João Goulart também emitiu parecer favorável à criação da Comissão, porém somente em quatro de dezembro de 1963, enquanto todos os outros órgãos responderam à solicitação de parecer no início do citado ano. Dessa forma, o Exército até então não havia respondido a solicitação de parecer do EMFA de julho de 1962 sobre a sua posição em relação à criação da Comissão.

O primeiro documento de 1964 que encontramos é de 22 de janeiro, assinado pelo General de Exército, Humberto de Alencar Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército e que poucos meses depois se tornaria presidente da

⁶⁸ FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 23 nº 67 junho/2008

⁶⁹ Sobre o motivo da transferência, consultar verbete disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-costa-e-silva> Renato Lemos. Artur da Costa e Silva. In: ABREU, Alzira Alves de *et al* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

República, após o golpe que deporia João Goulart. Nesse ofício encaminhado ao ministro da Guerra, Castelo Branco também se posiciona favoravelmente à criação da Comissão, declarando-se convencido de que era necessária a criação de Diretrizes Gerais sobre a questão para a elaboração de uma futura política de consecução do setor armamentista.

Somente em seis de novembro de 1964, com a ditadura civil-militar já em implantação e quase dois anos e meio depois da solicitação do EMFA sobre o parecer do Exército, Arthur da Costa e Silva, agora ministro da Guerra do governo Castelo Branco (1961-1964), emite o aviso Nº 45 – D/4 (Pág. 134), com parecer favorável ao chefe do EMFA, agora o General do Exército, Peri Constant Bevilaqua. Segundo o ministro, após o estudo de todos os pareceres dos órgãos solicitados sobre a questão, sua posição era a favor da criação imediata da Comissão. Além disso, acrescenta em seu aviso que o Ministério da Guerra havia adquirido da Fabrique Nationale d'Armes de Guerra, da Bélgica, através de um contrato de 14 de fevereiro de 1964, portanto ainda no governo deposto, alguns tipos de fuzis que já estavam chegando no porto do Rio de Janeiro.

Durante o tempo em que o EMFA esperou o parecer do Exército e a efetiva criação da Comissão Permanente de Armamento, o Grupo de trabalho sobre a padronização de armamentos continuou seus estudos, de acordo com as atividades estabelecidas no relatório produzido pela 4ª Seção do EMFA, já citado aqui anteriormente. No final de 1963, o Grupo de Trabalho realizou visitas às fábricas civis e militares de armamentos, porém o relatório sobre as civis não foi encontrado nessa compilação de arquivos. O que temos são menções ao relatório em algumas trocas de ofícios, como o de Nº 28 (Pág. 153), de onze de maio de 1964 enviado pelo Departamento de Produção e Obras do Exército, para o Chefe do EMFA, com algumas considerações somente sobre as fábricas militares.

Nesse ofício, o Chefe do DPO menciona que a baixa produtividade das fábricas militares decorria do fato de o próprio Departamento de Produção e Obras não possuir verba suficiente para atribuir a essas fábricas programas de trabalho eficientes, o que reduzia as suas atividades. Além disso, o chefe do DPO critica algumas falhas em relação ao planejamento e a comunicação entre os órgãos responsáveis pelos orçamentos das produções dessas fábricas. Há, também, no relatório alguns comentários

sobre o maquinário existente nas duas fábricas do Exército, em Realengo e Itajubá. A fábrica de Realengo, localizada neste bairro, zona oeste do Rio de Janeiro foi, segundo Claudius Gomes de Aragão Viana, “um estabelecimento subordinado ao antigo Ministério da Guerra, mantida sob administração militar desde a sua criação no final do século XIX para produzir pólvora e cartuchos de pequeno calibre para uso do Exército”⁷⁰ Já a Fábrica de Itajubá, localizada em Minas Gerais, foi inaugurada em 1934, com a denominação de Fábrica de Canos e Sabres para Armamento Portátil. Em 1977 teve seu patrimônio transferido para a recém-criada Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), criada em 1975⁷¹. De acordo com o documento sobre a fábrica de Realengo, seriam necessárias adaptações específicas no maquinário existente, para a fabricação de cartuchos para armas portáteis. Sobre a fábrica de Itajubá, encontramos a informação de que o mencionado contrato com a Bélgica previa também o plano de fabricação do fuzil, e a fábrica de Itajubá estaria responsável pela sua execução, ou seja, havia uma preocupação com a transferência de tecnologia.

No final do ofício, foi sugerido que as outras forças militares, Aeronáutica e Marinha, que não possuíam suas fábricas e munições, pudessem participar do Planejamento da Programação dos Estabelecimentos do Exército, apresentando suas necessidades anuais, o que geraria um aumento da produtividade das fábricas e uma economia de gastos, já que não seria mais necessária a importação de munições.

Após essa sugestão da fabricação de munições para Marinha e Aeronáutica nas fábricas do Exército, se iniciou o debate sobre o assunto, que gerou uma troca de ofícios entre diversos órgãos que trataram sobre a questão. Em 16 de fevereiro de 1965, o chefe do DPO enviou um ofício ao ministro da Guerra nomeado Cooperação da indústria fabril do Exército para com as outras Forças Armadas (Pág. 150), informando que o EMFA havia entrado em contato com as forças singulares para apreciação do assunto, e que estavam sendo pensados meios de executar esse interesse em produzir as munições utilizadas pela Marinha e pela Aeronáutica nas fábricas do Exército. Além disso, o chefe do DPO encaminhou nesse ofício dados sobre as munições que o Exército possuía condições e maquinário para produzir. Após essas trocas de ofícios debatendo a questão,

⁷⁰ VIANA, Claudis Gomes de Aragão. A Fábrica de cartuchos do Realengo (1898 - 1977). In: Revista Digital Simonsen. Rio de Janeiro, n.4, Jun. 2016. Disponível em: http://www.simonsen.br/revista-digital/wp-content/uploads/2016/06/47-Revista-Simonsen_N4-Claudius-Viana.pdf Último acesso: 08/09/2018

⁷¹ Informações sobre a empresa em: <http://www.imbel.gov.br/index.php/home/quem-somos#tab-2> Último acesso: 09/09/2018

de acordo com documento de 23 de abril de 1965, após reunião entre o Estado-Maior da Armada e o Estado-Maior da Aeronáutica, os dois órgãos julgaram adequada a sugestão e se propuseram a apresentar suas necessidades de munição ao Departamento de Produção e Obras do Exército. (Pág. 148) Em ofícios datados de meses posteriores, encontramos encomendas de munições para o Exército solicitadas pela Marinha. (Pág. 163)

Talvez devido à demora no parecer do Exército sobre a criação da Comissão Permanente de Armamentos, que só ocorreu no final de 1964, ou devido a alguma outra questão de maior urgência para as Forças Armadas, somente em 30 de junho de 1966 foi realizada uma reunião entre os chefes de Estado-Maior e o EMFA, para debater novamente a opinião das três forças singulares sobre a criação da Comissão, que foi considerada de extrema importância por todos os órgãos. Dessa forma, em 29 de julho de 1966, o então chefe do EMFA, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, enviou ofícios às três forças singulares solicitando a indicação do respectivo oficial que comporia a Comissão. (Pág. 172) Em suas respostas, as indicações de oficiais para compor as comissões, foram: o Capitão de Fragata Mario Jorge da Fonseca Hermes, representante da Marinha; o Tenente-Coronel de Artilharia Paulo da Silva Freitas, representante do Exército, e o Coronel Aviador Lúcio Benedito Raymundo, como representante da Aeronáutica.

Finalmente, em portaria de 24 de novembro de 1966, portanto, cinco anos após o início da discussão da padronização de armamentos, o Estado-Maior das Forças Armadas criou a Comissão de Armamentos, Munições e Explosivos das Forças Armadas (COPAMEFA), que seria presidida pelo Contra-Almirante Oswaldo Lins, então presidente da Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares (CPMPM), com o objetivo de:

Apresentar as bases gerais de uma política de armamento de uso comum nas Forças Armadas e, dentro dela, equacionar o problema da padronização do armamento, munições e explosivos de uso comum a mais de uma Força Singular, com vistas a orientar no futuro, a Comissão Permanente de Material e Pesquisas Militares na realização dessa sua tarefa. (Pág. 186)

Em ofício de fevereiro de 1967, encontramos um pedido do presidente da COPAMEFA ao chefe da 4ª seção do EMFA, de prorrogação de mais 90 dias para a entrega dos trabalhos finais da Comissão. (Pág. 190)

A partir da análise desses documentos encontrados, podemos concluir que essa grande preocupação com a questão da padronização de armamentos significava também um interesse em fortalecer o poder militar brasileiro, transformar o país em uma liderança regional na questão armamentista, através do que podemos chamar de mobilização nacional, já que é mencionada diversas vezes nos documentos a necessidade de participação da indústria civil nesse processo de padronização. Além disso, havia interesses mais materiais de diminuição de gastos em importação de material armamentista, devido à falta de verbas das Forças Armadas.

Apesar de não haver nessa compilação de documentos de 196 páginas nenhuma menção ao Grupo Permanente de Mobilização Industrial, podemos perceber que o marco temporal é o mesmo. Enquanto o início dos estudos sobre a criação da Comissão de Armamentos foi em 1961 e se estendeu até sua criação em 1966, o GPMI é criado oficialmente dia 30 de abril de 1964. Como a Comissão de Armamentos das Forças Armadas demorou cinco anos para ser criada, devido, em grande parte, a uma enorme burocracia para comunicação entre os órgãos das Forças Armadas, talvez a criação do GPMI da FIESP, em 1964, tenha sido uma resposta mais rápida, por parte dos empresários da indústria civil, à preocupação sobre a mobilização nacional, que demorou a ser efetivada por parte das Forças Armadas. Se houve uma troca de subsídios entre essa Comissão de Armamentos das Forças Armadas, depois de criada, e o GPMI, também não podemos afirmar baseados nesses documentos, porém, devido à semelhança da temática e das datas, podemos conjecturar que sim.

3.2. A articulação entre o Estado-Maior das Forças Armadas e o setor industrial privado

A articulação entre o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e o setor industrial privado caracteriza uma relação pertencente ao que podemos chamar de Complexo Industrial-Militar, que no caso brasileiro se iniciou como uma das bases do golpe de 1964 e se consolidou durante o período da ditadura empresarial-militar.

Renato Lemos em seu texto *O Complexo Industrial-Militar e o Estado Brasileiro*⁷² traz a historicidade da expressão e apresenta que o termo ficou conhecido após o discurso do então presidente dos Estados Unidos em 1953-1961, general Dwight D. Eisenhower, que o mencionou ao se referir a uma articulação entre o setor da indústria de armamentos e os militares. A autora Rosa Luxemburgo em seu texto “*A acumulação do capital*”⁷³ também já havia mencionado em outras palavras essa relação, apresentando o militarismo como um “meio privilegiado” para acumulação do capital, pois teria o Estado como único cliente, e ideal, devido as poucas oscilações econômicas. O autor traz também a análise sobre o militarismo dos autores Paul Sweezy e Paul A. Baran em *Monopoly Capital*⁷⁴ de 1966 que tratam sobre a questão do capitalismo em sua forma imperialista, e trazem o exemplo dos Estados Unidos nos anos 1960 como emblemático, pois mostra os interesses do capital privado e do governo nesse momento. Segundo Renato Lemos, esses autores fazem considerações importantes para pensarmos a criação do complexo industrial-militar brasileiro, pois nos remetem a uma contextualização histórica importante, a Guerra Fria. Esta, que teve campos de batalha presentes em todo o mundo e especialmente em regiões subdesenvolvidas e periféricas dentro do sistema capitalista, como América do Sul e África, permitiu a presença dos Estados Unidos em todas, “onde o nacionalismo e as lutas anticoloniais ameaçavam os negócios e patrimônios das empresas e abriam horizontes para a luta contra o capitalismo” (2016, pág. 8)

⁷²LEMOS, Renato. *O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)*, IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016).

⁷³ LUXEMBURGO, Rosa. *A acumulação do capital*. apud LEMOS, Renato. *O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)*, IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016)

⁷⁴ BARAN, Paul A. e SWEEZY, Paul M. *Capitalismo monopolista*. Ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1966 apud LEMOS, Renato. *O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)*, IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016)

Dentro dessa perspectiva de análise, Lemos traz a interpretação de Harry Magdoff⁷⁵ de 1969 que coloca os Estados Unidos como uma espécie de líder da contrarrevolução internacional, com o objetivo de acabar com qualquer tipo de movimento nacionalista ou socialista e ampliar sua esfera de influência mundial. Dessa forma, devido a essa posição, os Estados Unidos tomaram diversas medidas que influenciaram diretamente a criação do complexo industrial-militar brasileiro, que foram, resumidamente, venda de armamentos, treinamento para as Forças Armadas estrangeiras e ajuda econômica para treinar forças locais com o objetivo de conter manifestações de massa. Com essas políticas, os Estados Unidos conseguiam manter os países que não eram socialistas sob a sua influência e dependência. É dentro desse contexto de disputa ideológica contra o socialismo e necessidade de conseguir mais espaços para seus negócios, que podemos entender as medidas tomadas pelos Estados Unidos voltadas para as Forças Armadas de países subdesenvolvidos como o Brasil, segundo Lemos.

Em outra publicação de Harry Magdoff de 1971, Renato Lemos identifica “uma perspectiva teórica adequada à explicação do protagonismo militar em conjunturas de grave crise política em países como o Brasil” (Pág. 10), que seria a que coloca as Forças Armadas como o responsável pela mediação de conflitos entre os grupos dominantes – latifundiários, industriais, burguesia – devido à falta de capacidade de um desses para a tomada do poder político e consolidação hegemônica sobre os demais. Dessa forma, o poder político se mantém através de alianças frágeis entre esses grupos, que quando, culminam em uma crise, se dirigem às Forças Armadas.

Acerca do complexo industrial-Militar brasileiro, Renato Lemos aponta que sua formação obedeceu às regras gerais de um complexo industrial-militar em uma sociedade capitalista, porém, dentro das especificidades de um país dependente, com suas limitações econômicas, falta de autonomia econômico-financeira e tecnológica e, no quesito militar, com a ausência de grandes conflitos de fronteira e guerra. Mesmo dentro das suas limitações de dependência, a formação do complexo industrial-militar brasileiro integrou oficialmente o país ao capitalismo internacional. No Brasil no

⁷⁵ MAGDOFF, Harry. “Militarismo e imperialismo”. In: _____. *Imperialismo: da Era Colonial ao presente*. Trad. Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar, 1979apud LEMOS, Renato. O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967), IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016)

período de 1964-1967 o complexo industrial-militar assumiu a forma do Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP, o GPMI, já analisado em capítulo anterior.

Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa foi analisar essa relação entre o Estado e o setor industrial privado, especialmente na área de defesa, através da relação entre o Estado-Maior das Forças Armadas e esse setor industrial. Para isso, foi realizada extensa pesquisa nos arquivos do EMFA depositados atualmente no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e disponível em sua plataforma online, o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).⁷⁶ Nos 5081 registros encontrados e analisados em busca de ofícios, notas, orientações ou qualquer medida que explicitasse uma relação direta entre o EMFA e o empresariado da área de defesa, o mais importante encontrado foi o documento sobre a Comissão Permanente de Armamentos e Explosivos das Forças Armadas, a COPAMEFA, que devido a sua riqueza de informações teve um capítulo dedicado somente a ele nessa monografia. Os outros doze serão aqui mencionados, em ordem cronológica.

O Estado-Maior das Forças Armadas foi criado pelo decreto Lei Nº 9520 de 25/07/1946, “(...) como um órgão assessor no estudo, no planejamento e na proposição de decisões que se relacionam com a organização e o emprego conjunto da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, bem assim colaborador do preparo da mobilização do país para a guerra⁷⁷ (...)” Após algumas mudanças, o Estado-Maior das Forças Armadas seria extinto em 1999, em uma reforma ministerial promovida pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, quando foi criado o Ministério da Defesa e extintas as pastas relativas às três forças singulares. Em 2010, seria instituído o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), existente até os dias de hoje, que tem como o objetivo assessorar o Ministério da Defesa na organização logística e integração das três Forças Armadas: Aeronáutica, Exército e Marinha: “(...) a organização, o preparo e o emprego, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e de suas

⁷⁶<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Devido à enorme quantidade de documentos relacionados ao EMFA, a pesquisa foi realizada no fundo Estado-Maior das Forças Armadas, termo: armas, no qual foram encontrados 5081 registros (Julho de 2018). A busca no fundo Estado-Maior das Forças Armadas sem o recorte do termo demandaria um tempo muito maior que essa pesquisa não dispunha.

⁷⁷ Relatório das atividades do Estado Maior das Forças Armadas, 1962. Fundo Estado Maior das Forças Armadas. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_692

atribuições subsidiárias, tendo como metas o planejamento estratégico e o emprego conjunto das Forças Singulares⁷⁸.”

O primeiro documento⁷⁹ de relevância encontrado é datado de 03/10/1961 e consiste em alguns recortes de jornal com uma matéria (*Jornal do Comércio, Gazeta Mercantil*) sobre a visita do general Oswaldo de Araujo Motta à FIESP para se despedir, pois havia sido transferido do comando do II Exército de São Paulo para a chefia do EMFA. Na reportagem, é citado que Oswaldo Motta agradece aos membros da FIESP que sempre o teriam apoiado, e é convidado a visitar o parque industrial da FIESP como chefe do EMFA, para que as relações entre a FIESP e as Forças Armadas se mantivessem boas. Ou seja, o documento indica que nos anos anteriores ao golpe a conexão Forças Armadas e indústria civil já vinha se fortalecendo.

Em seguida, com a data de dezesseis de julho de 1962, foi encontrada uma carta⁸⁰ enviada pelo presidente do Conselho Superior das Classes Produtoras (CONCLAP)⁸¹, Francisco de Moura, pedindo a participação de algum chefe do EMFA (não há o nome específico do destinatário da carta) em uma reunião promovida pela entidade com o objetivo de conversar sobre a situação de crise do país. Segundo Francisco Moura, devido ao agravamento da crise brasileira, era preciso esse diálogo entre classes produtoras e Forças Armadas. Importante documento encontrado, pois até então todos os documentos relevantes encontrados no fundo então só se referiam a estudos por parte das Forças Armadas sobre a questão de armamentos, ou apenas ofertas de armas por parte das empresas para as Forças Armadas. Esse documento mostra as entidades civis representadas no CONCLAP convidando as Forças Armadas para um diálogo sobre a “situação brasileira que precisava de uma solução”, em 1962, ano em

⁷⁸<http://www.defesa.gov.br/forcas-armadas/estado-maior-conjunto> Acesso em 30 de março de 2017.

⁷⁹Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0489_0003_d0001de0001, pág. 72 e 73, 1961. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁸⁰ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0490_0001_d0001de0001, pág. 153. 1962. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁸¹ “Associação civil criada em 16 de julho de 1959 por iniciativa de um grupo de representantes das classes produtoras que desejavam coordenar uma ação de vigilância e de defesa de seus interesses econômicos e políticos. Tendo-se oposto frontalmente ao governo de João Goulart, perdeu sua expressão política após o movimento militar de março de 1964.” Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 02/12/2018

que o IPES já começava sua campanha de desestabilização do governo João Goulart e articulação conspiratória..

Datado de 13 de setembro de 1962, foi encontrado o ofício⁸² enviado pelo então chefe do EMFA, general Osvaldo de Araujo Motta, ao presidente do Conselho de Ministros, Francisco Brochado da Rocha⁸³, tratando sobre a necessidade de uma maior interação entre algumas entidades governamentais relacionadas à temática da segurança nacional com o EMFA, pois não havia um repasse de informações dessas entidades ao órgão militar, o que impedia a elaboração de planos de atividade. Dessa forma, o chefe do EMFA pedia ao presidente do Conselho de Ministros que fossem designados oficiais do EMFA para participar desses órgãos, sendo eles: Conselho Nacional de Geografia, Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Estatística, Conselho Nacional de Trânsito, Conselho Nacional de Energia Nuclear, Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Apesar de não ser nenhum órgão ou entidade civil sobre a questão bélica, o documento nos mostra que havia alguma preocupação por parte das Forças Armadas em tentar organizar um esforço de Mobilização Industrial, já que como vimos na obra de Silberfeld, um dos caminhos para a preparação da mobilização nacional é a constante troca de informações entre os responsáveis.

Em seguida, foi encontrado um relatório⁸⁴ datado de 15 de dezembro de 1965 das atividades do ano da Comissão Permanente de Materiais e Pesquisas Militares, já citado nessa pesquisa anteriormente, porém ainda não explicada, pois até a descoberta desse documento não havia em nenhum outro uma definição da sua função específica. Nesse relatório, encontramos que a CPMPM foi criada em nove de outubro de 1954, subordinada ao EMFA e com o objetivo de estudar a logística industrial para o preparo de mobilização industrial total do país. Segundo o relatório, uma das atividades da Comissão no referido ano foi um estudo sobre a necessidade de uma reestruturação e melhoria no funcionamento da Comissão, com o objetivo de dinamizá-la. No ofício referente a esse estudo, encaminhado pelo então chefe do EMFA general Peri Bevilaqua, ao presidente da República, há um pedido de modificação na CPMPM com o

⁸² Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0646_0002_d0001de0001, pág. 127, 1962. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁸³ Foi o segundo primeiro-ministro no breve período de parlamentarismo (1961-1963). O anterior foi Tancredo Neves e o último, Hermes Lima.

⁸⁴ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0472_0002_d0001de0001, pág. 178. 1965. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

objetivo de conseguir a integração das pesquisas técnicas e científicas no âmbito das Forças Armadas. Também foram atividades da comissão durante o ano de 1965 estudos sobre mineração de cristal, controle de foguetes de médio alcance, carvão mineral entre outras.

A atividade desenvolvida pela CPMPM durante esse ano que chama atenção é a referente ao estudo de uma “proposta de criação de uma sociedade privada, dedicada à pesquisa, desenvolvimento e fabricação de equipamentos e armamentos avançados para a nação, feita pelo cidadão suíço Ivon Andre Gaillard”⁸⁵ porém mencionada como um ofício confidencial enviado diretamente ao chefe do EMFA e não encontrado nesse relatório. No final do documento, na parte “observações”, foi encontrado que essa proposta estava sendo estudada pela CPMPM devido ao pedido do Ministro da Guerra, que considerou a proposta de grande interesse para as Forças Armadas. Em pesquisa na internet, os resultados para a busca⁸⁶ do nome Ivon Gaillard, o relacionam a um processo de falência desde 1996 de uma empresa chamada Gots Auto Partes S/A, da qual Gaillard teria sido o diretor presidente em 1962. Infelizmente, não há nenhum resultado que ligue o nome de Gaillard a essa proposta de criação de pesquisas sobre armamentos as Forças Armadas nos anos 60.

Pode-se concluir, a partir desse documento sobre as atividades da CPMPM, que a comissão possuía os mesmo objetivos gerais e finais que a COPAMEFA, porém como essa era uma comissão de pesquisas militares não tratava especificamente da questão de armamentos, enquanto a COPAMEFA se debruçava sobre esse assunto e de sua padronização.

Com a data de vinte e quatro de junho de 1966, há uma proposta⁸⁷ da empresa Forjas Taurus⁸⁸ de venda de armas, encaminhada para o então chefe do EMFA, Néelson

⁸⁵ Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0472_0002_d0001de0001, pág. 181. 1965. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁸⁶ Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4769546/pg-72-poder-executivo-parte-1-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-29-09-1962>> e <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/73930400/processo-n-0020434-4219968260554-do-tjsp>> Acesso em 11/09/2018

⁸⁷ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0494_0001_d0001de0001, pág. 541, 1966. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁸⁸ “Fundada em 1939, a Empresa iniciou suas operações como forjaria, passando a produzir revólveres na década de 40 e consolidando sua presença nos mercados de armas brasileira e norte americano na década de 80, com a produção de diversos modelos de pistolas e armas táticas” Disponível em: <<http://www.taurusarmas.com.br/>> Acesso em 12/09/2018

Freire Lavanére-Wanderley. Logo depois desse documento, há um encarte sobre uma arma da marca Beretta⁸⁹, mas não há nenhum encaminhamento nem maiores explicações.

Já com a data de meados de 1966, dezessete de agosto, foi encontrada uma carta⁹⁰ enviada por Marcello de Miranda Ribeiro, representante no Brasil da Armalite Inc⁹¹, empresa norte-americana de armamentos, ao chefe do EMFA, informando sobre os estudos de sua representada sobre a adoção do calibre 23 para todas as armas dos exércitos modernos e sobre o interesse da Armalite de fabricar essas armas no Brasil. Não há respostas das Forças Armadas nem outros documentos que mostrem se essa negociação foi firmada e continuada.

Datado de 14 de outubro de 1966, há um memorando⁹² enviado pelo chefe da 4ª seção do EMFA, coronel José Fragomeni, ao chefe da 3ª seção, intitulado Sugestões para diretrizes da ESG, em resposta a um memorando anterior solicitando sugestões. No documento, as sugestões são quase todas referentes a melhorias para a organização de uma mobilização industrial, como “Propor aos estagiários do CEMCFA um exercício de Planejamento de Mobilização referente a um “item” comum às três Forças Armadas.” (1966, pág. 235) A quinta sugestão do documento é a análise da constitucionalidade e situação do GPMI, balanceando sua real utilidade para as Forças Armadas e sobre as representações das três forças singulares no Grupo.

Com a data de nove de outubro de 1967, há um boletim interno⁹³ sobre atividades do EMFA, desde escalafões dos oficiais até preocupações com a mobilização

⁸⁹ “Beretta é o nome genérico atribuído à fábrica de armas de fogo italiana Fabbrica d'Armi Pietro Beretta., cujo fundador foi Pietro Beretta, e às armas por esta fabricadas, especializadas em pistolas e metralhadoras. Em 1980, a Taurus adquiriu a integralidade das operações de sua representante brasileira”. In: Welfer, Rafael. *A história da indústria militar brasileira: organizações, complexo industrial e mercado durante o século XX*. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, RS, 2014.

⁹⁰ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0473_0001_d0001de0001, pág. 176, 1966. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁹¹ “ArmaLite, ou Armalite, é uma empresa americana de engenharia de armas pequenas, fundada no início dos anos 50 em Hollywood, Califórnia. e agora sediada em Geneseo, Illinois. O negócio foi cessado na década de 1980. A empresa foi revivida em 1996 por Mark Westrom” Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/ArmaLite>> Acesso em 12/09/2018

⁹² Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0704_0002_d0001de0001, pág. 235, 1966. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁹³ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0595_0001_d0001de0001, pág. 23, 1967. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

industrial. Este último aspecto é encontrado em um tópico sobre as atribuições orgânicas da CPMPM, especificamente da subcomissão de material que seria responsável por atividades referentes ao esforço de mobilização industrial, tal como: 1) “obter dos ministérios militares relações de materiais utilizados em cada uma das Forças Armadas e as quantidades consumidas, em tempo de paz, visando sua estimativa em tempo de guerra”; 2) “Proceder à classificação simbólica desses materiais aproveitando, ao máximo, os trabalhos já existentes nas três forças em coordenação com os *órgãos competentes do meio civil*⁹⁴”, entre outras atribuições. Novamente, há a menção aos órgãos civis relacionados ao setor bélico, mas nunca com seus nomes explicitados.

Datado de vinte e três de agosto de 1967, há uma carta⁹⁵ do chefe de gabinete do EMFA, coronel Gabriel Borges Evangelho, para o presidente do CPMPM, mencionando que em anexo estava sendo enviada uma proposta da firma Bathory Indústria Metalúrgica e Comércio LTDA, que se dizia em condições de fabricar armas para as Forças Armadas. Não foi encontrado o referido nem mais menções a essa empresa.

Os próximos documentos a serem mencionados saem do recorte temporal da pesquisa (1962-1967), mas acredito serem importantes de menção. Em um relatório anual ⁹⁶ de atividades do EMFA, datado de 29 de novembro de 1968, é mencionado que foi criado um Manual de Mobilização, resultado de todos os estudos promovidos pelo EMFA sobre o assunto desde 1958, através da COPAMEFA e do CPMPM. Segundo o relatório, o manual continha todas as instruções para a mobilização e desmobilização do país, porém não está anexado nesse documento nem foi encontrado em outros durante a pesquisa.

Datado de 20 de setembro de 1972, há um documento⁹⁷ da Casa Mayrink Veiga contendo relatório com estudo sobre novas munições de artilharia com estojos combustíveis, da sua representada belga filiada à Fábrica Nacional de Herstal, e

⁹⁴ Grifos meus.

⁹⁵ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0106_0004_d0001de0001, pág. 2, 1967. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁹⁶ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0557_0001_d0001de0001, pág. 377, 1968. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁹⁷ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0508_0001_d0008de0017, pág. 2, 1972. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

oferecendo às Forças Armadas. Enviado para o então chefe do EMFA, general Arthur Duarte Candal Fonseca. Segundo reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, a Casa Mayrink Veiga era parte de uma “holding de oito empresas do setor de armamentos e equipamentos para embarcações. A Casa Mayrink Veiga, fundada em 1864, forneceu armas para o Exército desde a Guerra do Paraguai - nos anos 1980, passaria de representante a fabricante de armamentos.”⁹⁸

Datado de 14 de abril de 1974, há um documento contendo uma tabela de entrega de armas da fábrica Amadeo Rossi para uso permitido de alguns oficiais. A Amadeo Rossi foi fundada pelo industrial ítalo-brasileiro, Amadeo Rossi em 1889. Famosa pela produção de armas de fogo de qualidade adotadas em todo o país por civis e forças de segurança e também pelo mercado internacional. Segundo Welfer⁹⁹, “em 1997, passou a ser controlada pela Forja Taurus S/A, outra empresa gaúcha do setor e até então sua concorrente no mercado brasileiro de rifles e revólveres, e passou a ter seus produtos distribuídos pela Braztech Internacional L.C. na América do Norte, aonde até hoje tem sua produção distribuída.”

Por ser um assunto diretamente ligado aos interesses de Segurança Nacional e em um período de elaboração do golpe e a sua consolidação (1962-1967), acredito que ainda existam muitos documentos mais relevantes e com mais informações, porém não disponíveis para nosso acesso, como podemos ver até mesmo em alguns trechos aqui citados que se referiam a documentos confidenciais, dessa forma, não disponíveis para nós pesquisadores. Sendo assim, aqui foram expostos os que de alguma forma nos permitiram pensar um pouco como foi essa relação, suas consequências e seus interessados.

⁹⁸ Disponível em: <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,tela-quente,1679871> Acesso em 14/09/2018

⁹⁹ *A história da indústria militar brasileira: organizações, complexo industrial e mercado durante o século XX*. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, RS, 2014, pág. 60

3.3. Os interesses econômicos e políticos na união empresarial-militar: afastamento do comunismo e alinhamento ao capitalismo internacional

O alinhamento ao capitalismo internacional e o afastamento do comunismo, como já mencionado anteriormente, foram norteadores para a elaboração e consolidação do golpe civil-militar de 1964. Enquanto a elite empresarial articuladora do golpe precisava de que o país saísse da crise econômica para o sucesso dos seus investimentos, os militares precisavam manter o país afastado da “ameaça comunista” que as reformas propostas pelo governo João Goulart representavam. Dessa forma, essa relação foi essencial para a consolidação do golpe e se iniciou desde os primeiros contatos entre os membros do IPES e da ESG, já discutido em capítulo anterior.

O cientista social brasileiro Ruy Mauro Marini em sua obra *Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil* analisa todas as transformações que o capitalismo no Brasil passou até culminar no golpe de 1964, que seria o ajuste final ao capitalismo internacional. Segundo Marini, a fracassada tentativa de golpe em 1961 deixou claro que esse só se efetivaria se realmente houvesse uma crise na sociedade brasileira, onde uma intervenção militar “se inserisse no jogo das forças políticas em conflito.”¹⁰⁰ Dessa forma, o apoio entre classe dominante, pequena burguesia e das Forças Armadas à intervenção militar mostrava uma realidade social objetiva que estava causando descontentamentos.

Marini também acrescenta que o êxito do golpe de 1964 ao alinhar finalmente o Brasil ao capitalismo internacional e aos Estados Unidos ocorreu, pois a relação entre as Forças Armadas brasileiras e as norte-americanas vinha sendo trabalhada e fortalecida há algum tempo, o que criou nas elites militares uma tendência de analisar os problemas brasileiros através da “perspectiva de interesses dos Estados Unidos”¹⁰¹ Desde o Acordo Militar Brasil-EUA em 1952, passando pela estandardização dos armamentos em 1955, pela criação do Colégio Interamericano de Defesa¹⁰² e as missões de treinamento e

¹⁰⁰ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil* in *Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pág. 13

¹⁰¹ Ibidem, pág. 14.

¹⁰² Criado em 1962, “o Colégio Interamericano de Defesa (CID) é uma instituição de ensino internacional, vinculada à Junta Interamericana de Defesa, que oferece um curso multidisciplinar e mestrado de altos estudos de defesa hemisférica. O CID é uma organização singular no continente, uma vez que tanto os docentes, com os estagiários, têm um caráter internacional. (...) Cada país membro da Organização dos Estados Americanos pode apresentar candidatos para realizar o curso no CID.”

instrução, além do papel essencial da ESG que desde 1949 vinha trazendo análises sobre o perigo do comunismo e aproximando cada vez mais a elite militar dos ideais dos Estados Unidos. Segundo Marini, esse ambiente de forte influência norte-americana era perfeito para a efetivação do golpe, pois devido à ausência de um grupo político que resolvesse a crise que o Brasil enfrentava, a elite militar, apoiada por outros setores, se viu como a solução. Nas palavras do autor, “O espírito de casta e o paternalismo, que caracterizam os militares latino-americanos, fizeram o resto, levando as Forças Armadas a preencher o vazio do poder que se havia criado.”¹⁰³

Alinhado à cada vez maior influência norte-americana no Brasil, que foi aumentando desde o sucesso da Revolução Cubana de 1959, que representou uma ameaça aos interesses capitalistas dos Estados Unidos na América Latina, estava a agitação popular entre 1961-1963, que apesar das tentativas de conciliação de classes dos presidentes Jânio Quadros e João Goulart, não diminuíram e assustavam cada vez mais as classes médias e dominantes. Com a proposta de reforma agrária movimentando o campo, as reformas de bases e medidas nacionalistas desagradando o capital industrial nacional e estrangeiro, a burguesia cada vez mais se afastava de Goulart. Com as reivindicações populares cada vez maiores, a campanha contra seu governo se intensificando através de órgãos como o IPES, a classe média desesperada com a crise econômica, também se coloca contra o governo Jango. Segundo Marini, o ápice da percepção de que o país caminhava para a luta de classes foi a Revolta dos Marinheiros¹⁰⁴ em março de 1964, que demonstrou a impotência do governo. Dessa forma, a elite militar, apoiada pelas classes dominantes que já vinham articulando uma tomada de poder desde a criação de mecanismos como o IPES, se apoderaram desse vazio de poder que se criou, com os seus objetivos em comum: afastar o Brasil do

Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Junta_Interamericana_de_Defesa> Último acesso: 02/12/2018

¹⁰³ Ibidem, pág. 14

¹⁰⁴ A Revolta dos Marinheiros ocorreu em 25 de março de 1964 quando os marinheiros em comemoração, pelo segundo ano da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, que era considerada ilegal, e demonstrando apoio as reformas de base e pedindo reconhecimento da sua Associação, receberam ordem de prisão pelo então ministro da Marinha, Silvio Mota, que alegou subversão da hierarquia militar. O ministro enviou então um destacamento dos fuzileiros navais para reprimir a reunião que ocorria no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, mas os fuzileiros enviados resolveram apoiar os marinheiros e permaneceram todos no Sindicato. Essa adesão dos fuzileiros mostrou a grande polarização que existia dentro das próprias Forças Armadas em torno do apoio ao presidente João Goulart. Depois de negociações, os marinheiros saíram do sindicato, foram presos e depois anistiados por Jango. Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br>.

“perigo comunista” e colocá-lo de vez de acordo com o capitalismo internacional e os Estados Unidos.

Para mostrar como o Brasil depois do golpe estava definitivamente sob a égide norte-americana, Marini apresenta uma das primeiras medidas do chanceler do governo Castelo Branco, Vasco Leitão da Cunha, de adotar para a diplomacia brasileira o conceito de “interdependência continental”, indo contra todo o esforço, vindo desde os governos Getúlio Vargas e dos próprios Jânio Quadros e João Goulart, no sentido de criar uma política externa brasileira autônoma e de não intervenção. Marini acrescenta que essa interdependência continental era um conceito oriundo da ESG, no momento chefiada pelo Golbery do Couto e Silva, que em um livro escrito chamado *Aspectos geopolíticos do Brasil*¹⁰⁵ classificou essa nova doutrina adotada pelo Brasil de “barganha leal”, já que considerava que devido à proximidade entre Brasil e Estados Unidos, seria impossível escapar de sua influência, e dessa forma a melhor posição a ser tomada era “aceitar conscientemente a missão de associar-se à política dos Estados Unidos no Atlântico Sul¹⁰⁶” e em troca ter reconhecido pelos norte-americanos “o monopólio quase exclusivo naquela área¹⁰⁷”.

No plano econômico interno, segundo Marini, o governo Castelo Branco beneficiou as empresas dedicadas à indústria pesada, tanto nacionais quanto estrangeiras, o que ia de acordo com a política externa adotada de se tornar uma influência na América Latina, e para isso era preciso fortalecer o parque industrial de bens intermediários e de consumo durável brasileiro e alta tecnologia. Dessa forma, os interesses do governo brasileiro pós-golpe de 1964 não era somente se alinhar aos Estados Unidos, mas de se tornar também uma potência na região, com a “intenção de converter-se no centro de irradiação da expansão imperialista na América Latina.”^{108 109}

Octávio Ianni em sua obra já citada *O colapso do populismo*, também trata das medidas econômicas e políticas que foram iniciadas com o golpe de 1964 que colocaram o Brasil sob a égide dos Estados Unidos. No capítulo XI, intitulado *A ideologia dos governantes*, Ianni afirma que a particularidade da nova política

¹⁰⁵ SILVA, Golbery do Couto. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957. apud MARINI, Rui Mauro. *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil in Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pp. 2- 105

¹⁰⁶ Ibidem.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem, pág. 20.

¹⁰⁹ Ver mais sobre o que Marini chamou de “subimperialismo” na página 20 do seu texto.

econômica inaugurada em 1964 foi o que chamou de “ideologia da modernização”, que substituía a “ideologia do desenvolvimento”. Essa nova ideologia favoreceria o *status quo* e a concentração de capital, através da “doutrina da reversão de expectativas”, que, segundo Ianni, iria além de uma política adotada no plano econômico, pois havia mudanças políticas e sociais das instituições vigentes com o objetivo de “ajustar as expectativas e ideologias das diferentes classes sociais aos *status quo*”¹¹⁰

Dessa forma, Ianni afirma que essa guinada de um tipo de desenvolvimento que vinha ocorrendo desde o governo Vargas, que previa a construção de uma autonomia econômica brasileira e uma política externa independente, para uma que favorecia a influência norte-americana em todas as esferas brasileiras ocorreu por alguns motivos específicos que o autor enumera, e que seriam todos resumidamente definidos como, “afastamento do comunismo e alinhamento ao capitalismo internacional”.

O primeiro motivo apontado por Ianni para o início dessa nova ideologia do desenvolvimento a partir de 1964 foi o “perigo” que o progresso econômico brasileiro representava ao parecer levar o Brasil a uma condição de nação independente e que serviria de modelo para outros países da América Latina e da África, o que não seria interessante para o imperialismo norte-americano na América do Sul. As reivindicações populares começavam a incomodar as classes dominantes, já que o populismo entrara em crise e não era mais capaz de conciliar os interesses das classes, e segundo Ianni, esse período de crise econômica e política poderia abrir o caminho para o socialismo. E por último, as divisões de influência entre EUA e URSS durante a Guerra Fria, colocaram os EUA como a liderança do mundo capitalista e a América do Sul ficou sob o seu baluarte. Devido a esses motivos, a ideologia do desenvolvimento se iniciou com a efetivação do golpe e a substituição do “capitalismo pioneiro”, de viés nacionalista, pelo “capitalismo maduro”, aberto ao capital internacional. Dessa forma, o alinhamento dos militares e a classe dominante na articulação do golpe foi a tentativa desses de alcançarem seus objetivos capitalistas e anticomunistas.

Renato Lemos em seu texto O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro traz a análise de que o aprofundamento das relações entre militares e empresários, sintetizada pela criação de um complexo industrial-militar brasileiro, foi possível

¹¹⁰ IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª edição, 1975, pág. 180

porque o Brasil passava por uma crise de governo e também de regime político. A classe dominante e a alta oficialidade das Forças Armadas com interesses em comum da preservação da ordem capitalista contra a “ameaça comunista” e o ajuste econômico e político brasileiro ao capitalismo internacional conseguiram se articular com o objetivo de tomar o Estado e criar um novo regime político, “uma nova forma de dominação de classes”¹¹¹ Lemos menciona que para Ianni, em mesma obra mencionada anteriormente, essa tentativa de construção de um novo regime político por parte dos militares e dos empresários era um “ajuste das estruturas políticas à modernidade capitalista”¹¹², na qual os empresários são convidados a compor essa nova forma de organização, mas não tomam à frente desse espaço político vazio no momento em questão. Dessa forma, a participação dos empresários não ocorria de forma direta, mas era suficiente para controlar o que fosse necessário para os seus interesses de classe.

Com as disputas da Guerra Fria ainda ocorrendo e especialmente na América Latina pós Revolução Cubana em 1959, a crise econômica e política dos anos 60 no Brasil, consequência basicamente do fim da conciliação de classes do período populista, foi possível uma articulação entre militares e empresários para a efetivação do golpe e a tomada do Estado, que afastaria o Brasil de qualquer caminho para um governo de esquerda e o alinharia ao capitalismo internacional, sob a égide dos Estados Unidos, que precisava do Brasil para manter seu imperialismo na região. Os elaboradores do alinhamento empresarial-militar tiveram seus interesses econômicos e políticos alcançados com o golpe de 1964.

¹¹¹ LEMOS, Renato. *O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)*, IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016), pag. 12.

¹¹² Ibidem, pág. 12.

CONCLUSÃO

O presente trabalho pretendeu contribuir para a análise da relação entre as classes dominantes civis e o setor militar do Estado brasileiro na elaboração e efetivação do golpe empresarial-militar de 1964, confirmando o seu caráter de classe, bem como do regime ditatorial erigido a partir dele. Desde a elaboração do golpe através da conexão IPES/IBAD/ESG que organizou todos os pontos necessários para efetivá-lo (desde a criação de uma consciência de classe empresarial até o recrutamento de oficiais para a cúpula golpista), até os documentos que mostram toda a preocupação das Forças Armadas com a crise econômica e política dos anos 60 e a necessidade de colaboração das indústrias civis de armamentos para questões como segurança nacional, fica evidente que a participação empresarial foi tão importante quanto a participação militar no golpe de 1964.

A análise da ligação entre o setor industrial privado da área de defesa e Estado-Maior das Forças Armadas através da pesquisa documental nos arquivos do EMFA nos permitiu visualizar que os motivos justificados pelas Forças Armadas para o golpe de 1964 (segurança nacional, combate ao comunismo etc.) já vinham sendo exaustivamente discutidos dentro das três forças desde antes do início da articulação do golpe. Dessa forma, na conjuntura de crise econômica e política dos anos 60, os militares interessados em um combate ao “comunismo” – vislumbrado nas idéias e reformas de base propostas pelo presidente João Goulart –, aliados aos empresários que defendiam seus interesses de alavancar novamente seus investimentos e alinhar definitivamente o Brasil ao capitalismo internacional sob a égide dos Estados Unidos, conseguiram alcançar seus objetivos políticos e econômicos a partir de 1964.

A criação do complexo industrial-militar brasileiro foi possível devido à crise econômica e o sentimento crescente de anticomunismo no país, que possibilitou a articulação empresários-militares, que se tornou uma das bases do golpe. Consolidado durante o regime empresarial-militar, o complexo industrial-militar brasileiro assumiu a forma do GPMI da FIESP, no período de 1964-1967 e nessa pesquisa foi estudado através da relação entre o EMFA e os empresários do setor de armamentos.

A análise dos documentos do Estado-Maior das Forças Armadas disponíveis no SIAN foi satisfatória, pois trouxe documentos até então não conhecidos, como o do COPAMEFA. Esse documento trouxe à tona todo o debate dentro das Forças Armadas sobre a “mobilização industrial” no período de elaboração do golpe e no mesmo período da criação do GPMI, apesar de não mencioná-lo, e nos leva a nos questionar se as Forças Armadas não demoraram muito para criar um órgão parecido com o GPMI, o que levou a sua criação por parte da indústria civil de armamentos.

Infelizmente, alguns documentos, por serem confidenciais e sigilosos, apareciam somente mencionados, mas não estavam disponíveis para pesquisa. Apesar dessa restrição de acesso à documentação, esse arcabouço documental, ao minimamente nos trazer citações de nomes de empresas civis do setor de armamento, indica quais eram as empresas ligadas às Forças Armadas no período prévio ao golpe de 1964 e nos primeiros anos da ditadura empresarial-militar de 1964 e já adicionam mais conhecimento à participação dos empresários no processo político.

A análise desses documentos, juntamente com a discussão bibliográfica realizada para a elaboração dessa pesquisa, nos traz mais certeza de que o golpe de 1964 foi empresarial-militar, pois tinha um forte caráter de classe e um projeto de Estado para o regime a partir de 1964. Esse projeto foi moldado por essa elite empresarial articulada com a cúpula militar, com o objetivo de alinhar definitivamente o Brasil ao capital internacional e aos Estados Unidos, como discute Ianni em sua obra diversas vezes mencionadas nessa pesquisa, e afastar a possibilidade de um governo de esquerda e/ou manifestações políticas de massa. Esse alinhamento entre a elite empresarial e os militares vem de longa data, desde a criação da ESG em 1949 e se estreita com a relação ESG/IPES/IBAD, que formam um complexo que sintetiza a fase política dos interesses empresariais, de acordo com Rene Dreifuss.

DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

Documentação

AN – Arquivo Nacional

Documentos disponíveis no fundo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), depositado no Arquivo Nacional e disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), acessados em ocasiões diversas entre 2017 e 2018 – <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

Comissão Permanente de armamentos, munições e explosivos das Forças Armadas. Fundo: Estado-Maior das Forças Armadas. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. br_dfanbsb_2m_0_0_0059_0006_d0001de0001.

Relatório das atividades do Estado Maior das Forças Armadas, 1962. Fundo Estado Maior das Forças Armadas. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. BR_AN_BSB_N8_0_PSN_EST_692

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0489_0003_d0001de0001, pág. 72 e 73, 1961. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0490_0001_d0001de0001, pág. 153. 1962. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0646_0002_d0001de0001, pág. 127, 1962. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0472_0002_d0001de0001, pág. 178 e 181. 1965. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0494_0001_d0001de0001, pág. 541, 1966. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0473_0001_d0001de0001, pág. 176, 1966. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0704_0002_d0001de0001, pág. 235, 1966. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0595_0001_d0001de0001, pág. 23, 1967. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0106_0004_d0001de0001, pág. 2, 1967. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0557_0001_d0001de0001, pág. 377, 1968. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Fundo Estado Maior das Forças Armadas, termo Armas. br_dfanbsb_2m_0_0_0508_0001_d0008de0017, pág. 2, 1972. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Bibliografia

BORTONE, Elaine de Almeida. *A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma administrativa na ditadura civil-militar (1964-1968)* Dissertação de Mestrado em Administração. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2013.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado: ação político, poder e golpe de classe*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FILHO, João Roberto. *A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960*. Revista Brasileira de Ciências Sociais Vol. 23 nº 67 junho/2008.

HOEVELER, Rejane Carolina. *René Dreifuss e o golpe de 1964: sobre teorias e “conspiracionismos.”* Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas. Rio de Janeiro, 2014.

IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª edição, 1975.

LEMOS, Renato. *O complexo industrial-militar e o Estado brasileiro (1964-1967)*, IX Simpósio Nacional Estado e Poder (Niterói, outubro de 2016).

MARINI, Rui Mauro. *Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil in Subdesarrollo y revolución*, México, Siglo XXI, 12ª edición, 1985, pp. 2- 105.

MELO, Demian Bezerra de. *Ditadura civil-militar?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente*. Espaço Plural, Ano XIII, Nº 27, 2012.

_____. *O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão*. In. MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.157-188.

SILBERFELD, Jean-Claude E. *O grupo permanente de mobilização industrial da FIESP: 1944-1967*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984.

SPOHR, Martina. *A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964*. Militares e política nº 9, jul/dez. 2011, p. 52-63.

VIANA, Claudis Gomes de Aragão. A Fábrica de cartuchos do Realengo (1898 - 1977).
In: Revista Digital Simonsen. Rio de Janeiro, n.4, Jun. 2016.

Welfer, Rafael. *A história da indústria militar brasileira: organizações, complexo industrial e mercado durante o século XX*. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, RS, 2014.